

A TARDE

As PPPs e a nova Bahia

Manoel Vitorio

Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

Quando se fala em Parcerias Público-Privadas e concessões de infraestrutura, a Bahia é referência nacional. Reconhecido em seu pioneirismo, o governo baiano reúne nove contratos de PPP e 40 de concessão, com investimentos de R\$ 15 bilhões. Mesmo durante a pandemia, que tem afetado iniciativas no setor pelo país, deflagramos dois projetos que ajudam a inserir a Bahia no século XXI: a Ponte Salvador-Itaparica e o Hospital Metropolitano.

Um dos mais emblemáticos novos projetos de PPP no Brasil de acordo com o jornal Valor, a Ponte Salvador-Itaparica será mais que uma das maiores estruturas sobre lâmina d'água do mundo, com 12,4 quilômetros: a obra mudará a face econômica da Bahia ao criar novo eixo de desenvolvimento. O Estado já constituiu o fundo garantidor, e o consórcio chinês vencedor da licitação para investimento de R\$ 5,4 bilhões inicia as obras ainda em 2021. Estudo com base em metodologia do Banco Mundial indica que os recursos públicos investidos

deverão ter retorno de até 3,6 vezes.

A licitação para a PPP do Hospital Metropolitano, que está em curso, aprofundará a modernização dos serviços de saúde. Assim como o Hospital do Subúrbio, primeira PPP da Bahia e do Brasil na área, premiada pelas Nações Unidas, o novo equipamento em Lauro de Freitas será de alto padrão. O Instituto Couto Maia, mais moderno hospital especializado em doenças infectocontagiosas do Brasil, também opera via PPP, assim como a revolucionária Central de Diagnósticos por Imagem.

Os contratos em curso incluem o metrô Salvador-Lauro de Freitas e a implantação do VLT – veículo leve sobre trilhos no Subúrbio de Salvador, estruturas que juntas reconfiguram a mobilidade na capital. E ainda o sistema BA-052, no oeste baiano, para requalificação desta malha rodoviária, a Arena Fonte Nova e o Emisário Submarino de Salvador. Entre as concessões, ressalte-se a da BA-093.

Mas o que é que a Bahia tem? A liderança do governador Rui Costa, que prioriza o investimento para a retomada da economia e reconhece nas PPPs e concessões um caminho seguro de atração de capital. Estudos aprofundados e estabilidade, com fundo garantidor. Equipe de profissionais especializados, na Secretaria da Fazenda, para modelar e estruturar os projetos. E agora o primeiro portal no país em que é possível acompanhar cada projeto e cadastrar propostas de novas iniciativas.

De acordo com a consultoria Radar PPP, cerca de dois terços das iniciativas do setor no Brasil não chegam a ser

licitadas devido a problemas de planejamento. A Bahia desenvolveu o antídoto para estas dificuldades: bons projetos, modelagem bem-feita e decisão política.

| | |
|--------------------------|----------|
| Veículo: Bahia Econômica | Caderno: |
| Data: 25/06/2021 | |



SORTEIO DO MILHÃO DA NOTA PREMIADA BAHIA TEM RECORDE DE BILHETES



25 Junho, 2021

Aquela compra feita ao longo dos últimos dois anos em estabelecimentos comerciais de toda a Bahia, mesmo que tenha custado menos de R\$ 1, pode se converter em R\$ 1 milhão na próxima quarta-feira, dia 30, quando acontece o sorteio especial da campanha Nota Premiada Bahia. Cortejada por uma legião de participantes da campanha que nos últimos dias só falam deste assunto nas redes sociais, a sorte está lançada mas anda exigente: desta vez haverá um número recorde de bilhetes concorrendo, que somam 259,4 milhões acumulados em todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, participa do sorteio quem estava inscrito no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br ao longo deste período, e ao fazer suas compras se lembrou de informar o CPF cadastrado.

São mais de 613 mil participantes inscritos, e muitos deles vêm brincando com a perspectiva de se tornarem milionários da noite para o dia. “Eita que eu não vejo a hora de chegar quarta, se eu não ganhar vou pedir dinheiro emprestado para quem ganhou, já ta avisado”, registrou @fontesadrieeoliveira. Vale até associar o desejo de levar o prêmio com as recomendações sanitárias por conta da pandemia, e de quebra ainda rimar: “E eu aguardando em casa sem aglomeração, esperando o milhão”, escreveu @joelma.santana.

Vale ainda fazer trocadilho com o milho, base da maioria dos pratos neste período de festas juninas. “Quero muito esse milhão, mas até umas sementinhas já estaria bom”, disse @rodrigopersan. E @tahnancruz foi na mesma linha: “Vem milhão, que eu já tô no grau”. Há quem prefira mentalizar a chance de forma mais direta: “Só vem meu 1 milhão”, comentou a seguidora @tamiresantana. E aqueles que recorrem à providência divina: “Universo me surpreenda estou pronta pra essa bênção, só vem”, desejou @leilavalverde93.

Como consultar os bilhetes

Para consultar os seus bilhetes, o participante deve acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login e escolher a opção “Minha Conta” > “Bilhetes”, escolhendo a opção relativa ao Sorteio Especial. A emissão dos bilhetes ocorre de acordo com as compras realizadas com CPF na nota, explica o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas. “Como forma de equilibrar as chances dos participantes com maior ou menor volume de compras, o sistema foi programado para estabelecer uma relação decrescente entre volume de compras e total de bilhetes emitidos. O teto máximo é de 45 bilhetes emitidos por contribuinte a cada mês, para compras acima de R\$ 2.000”, explica o superintendente.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF variar de centavos até R\$ 100 no mês, o participante terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400, 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800, 30 bilhetes se for de até R\$ 1.200, 35 se chegar a R\$ 1.600 e 40 se alcançar R\$ 2.000, chegando a 45 para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

Foto: Divulgação/Secom

Sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia tem recorde de bilhetes concorrentes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Aquela compra feita ao longo dos últimos dois anos em estabelecimentos comerciais de toda a Bahia, mesmo que tenha custado menos de R\$ 1, pode se converter em R\$ 1 milhão na próxima quarta-feira (30), quando acontece o sorteio especial da campanha **Nota Premiada Bahia**.

Cortejada por uma legião de participantes da campanha que, nos últimos dias, só falam deste assunto nas redes sociais, a sorte está lançada, mas anda exigente: desta vez haverá um número recorde de bilhetes concorrendo, que somam 259,4 milhões acumulados em todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, participa do sorteio quem estava inscrito no site da campanha ao

longo deste período e, ao fazer suas compras, se lembrou de informar o CPF cadastrado.

São mais de 613 mil participantes inscritos, e muitos deles vêm brincando com a perspectiva de se tornarem milionários da noite para o dia. 'Eita que eu não vejo a hora de chegar quarta, se eu não ganhar vou pedir dinheiro emprestado para quem ganhou, já ta avisado', registrou @fontesadrieleoliveira. Vale até associar o desejo de levar o prêmio com as recomendações sanitárias por conta da pandemia, e de quebra ainda rimar: 'E eu aguardando em casa sem aglomeração, esperando o milhão', escreveu @joelma.santtana.

Vale ainda fazer trocadilho com o milho, base da maioria dos pratos neste período de festas juninas. 'Quero muito esse milhão, mas até umas sementinhas já estaria bom', disse @rodrigopersan. E @tahinacruz foi na mesma linha: 'Vem milhão, que eu já tô no grau'. Há quem prefira mentalizar a chance de forma mais direta: 'Só vem meu 1 milhão', comentou a seguidora @tamiresantana. E aqueles que recorrem à providência divina: 'Universo me surpreenda estou pronta pra essa bênção, só vem', desejou @leilavalverde93.

Como consultar os bilhetes

Para consultar os seus bilhetes, o participante deve acessar o site da campanha, fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes', escolhendo a opção relativa ao Sorteio Especial. A emissão dos bilhetes ocorre de acordo com as compras realizadas com CPF na nota, explica o superintendente de Desenvolvimento

da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas. 'Como forma de equilibrar as chances dos participantes com maior ou menor volume de compras, o sistema foi programado para estabelecer uma relação decrescente entre volume de compras e total de bilhetes emitidos. O teto máximo é de 45 bilhetes emitidos por contribuinte a cada mês, para compras acima de R\$ 2.000', explica o superintendente.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF variar de centavos até R\$ 100 no mês, o participante terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400, 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800, 30 bilhetes se for de até R\$ 1.200, 35 se chegar a R\$ 1.600 e 40 se alcançar R\$ 2.000, chegando a 45 para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

Solidariedade

Um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que, mesmo sem ser sorteado, é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

O resultado do sorteio será publicado no site da **Nota Premiada Bahia**, em 'Sorteios' => 'Relação de Ganhadores' e também nas redes sociais. O coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba, André Luiz Aguiar, explica que quem perdeu a chance de concorrer neste sorteio especial pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer no sorteio mensal de julho e também no próximo sorteio especial, ainda sem data definida.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

| | |
|--------------------|--|
| Veículo: Gov Bahia | |
| Data: 25/06/2021 | |



Sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia tem recorde de bilhetes concorrentes

25 junho 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Aquela compra feita ao longo dos últimos dois anos em estabelecimentos comerciais de toda a Bahia, mesmo que tenha custado menos de R\$ 1, pode se converter em R\$ 1 milhão na próxima quarta-feira (30), quando acontece o sorteio especial da campanha Nota Premiada Bahia.

Cortejada por uma legião de participantes da campanha que, nos últimos dias, só falam deste assunto nas redes sociais, a sorte está lançada, mas anda exigente: desta vez haverá um número recorde de bilhetes concorrendo, que somam 259,4 milhões acumulados em todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, participa do sorteio quem estava inscrito no [site da campanha](#) ao longo deste período e, ao fazer suas compras, se lembrou de informar o CPF cadastrado.

São mais de 613 mil participantes inscritos, e muitos deles vêm brincando com a perspectiva de se tornarem milionários da noite para o dia. “Eita que eu não vejo a hora de chegar quarta, se eu não ganhar vou pedir dinheiro emprestado para quem ganhou, já ta avisado”, registrou @fontesadrieleoliveira. Vale até associar o desejo de levar o prêmio com as recomendações sanitárias por conta da pandemia, e de quebra ainda rimar: “E eu aguardando em casa sem aglomeração, esperando o milhão”, escreveu @joelma.santtana.

Vale ainda fazer trocadilho com o milho, base da maioria dos pratos neste período de festas juninas. “Quero muito esse milhão, mas até umas sementinhas já estaria bom”, disse @rodrigopersan. E @tahnacruz foi na mesma linha: “Vem milhão, que eu já tô no grau”. Há quem prefira mentalizar a chance de forma mais direta: “Só vem meu 1 milhão”, comentou a seguidora @tamiresantana. E aqueles que recorrem à providência divina: “Universo me surpreenda estou pronta pra essa bênção, só vem”, desejou @leilavalverde93.

Como consultar os bilhetes

Para consultar os seus bilhetes, o participante deve acessar o [site da campanha](#), fazer login e escolher a opção “Minha Conta” > “Bilhetes”, escolhendo a opção relativa ao Sorteio Especial. A emissão dos bilhetes ocorre de acordo com as compras realizadas com CPF na nota, explica o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas. “Como forma de equilibrar as chances dos participantes com maior ou menor volume de compras, o sistema foi programado para

estabelecer uma relação decrescente entre volume de compras e total de bilhetes emitidos. O teto máximo é de 45 bilhetes emitidos por contribuinte a cada mês, para compras acima de R\$ 2.000”, explica o superintendente.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF variar de centavos até R\$ 100 no mês, o participante terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400, 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800, 30 bilhetes se for de até R\$ 1.200, 35 se chegar a R\$ 1.600 e 40 se alcançar R\$ 2.000, chegando a 45 para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

Solidariedade

Um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que, mesmo sem ser sorteado, é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

O resultado do sorteio será publicado no [site da Nota Premiada Bahia](#), em “Sorteios” => “Relação de Ganhadores” e também nas redes sociais. O coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba, André Luiz Aguiar, explica que quem perdeu a chance de concorrer neste sorteio especial pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer no sorteio mensal de julho e também no próximo sorteio especial, ainda sem data definida.

Fonte: Ascom/Sefaz

Sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia tem recorde de bilhetes concorrentes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Aquela compra feita ao longo dos últimos dois anos em estabelecimentos comerciais de toda a Bahia, mesmo que tenha custado menos de R\$ 1, pode se converter em R\$ 1 milhão na próxima quarta-feira (30), quando acontece o sorteio especial da campanha **Nota Premiada Bahia**.

Cortejada por uma legião de participantes da campanha que, nos últimos dias, só falam deste assunto nas redes sociais, a sorte está lançada, mas anda exigente: desta vez haverá um número recorde de bilhetes concorrendo, que somam 259,4 milhões acumulados em todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, participa do sorteio quem estava inscrito no site da campanha ao

longo deste período e, ao fazer suas compras, se lembrou de informar o CPF cadastrado.

São mais de 613 mil participantes inscritos, e muitos deles vêm brincando com a perspectiva de se tornarem milionários da noite para o dia. 'Eita que eu não vejo a hora de chegar quarta, se eu não ganhar vou pedir dinheiro emprestado para quem ganhou, já ta avisado', registrou @fontesadrieleoliveira. Vale até associar o desejo de levar o prêmio com as recomendações sanitárias por conta da pandemia, e de quebra ainda rimar: 'E eu aguardando em casa sem aglomeração, esperando o milhão', escreveu @joelma.santtana.

Vale ainda fazer trocadilho com o milho, base da maioria dos pratos neste período de festas juninas. 'Quero muito esse milhão, mas até umas sementinhas já estaria bom', disse @rodrigopersan. E @tahinacruz foi na mesma linha: 'Vem milhão, que eu já tô no grau'. Há quem prefira mentalizar a chance de forma mais direta: 'Só vem meu 1 milhão', comentou a seguidora @tamiresantana. E aqueles que recorrem à providência divina: 'Universo me surpreenda estou pronta pra essa bênção, só vem', desejou @leilavalverde93.

Como consultar os bilhetes

Para consultar os seus bilhetes, o participante deve acessar o site da campanha, fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes', escolhendo a opção relativa ao Sorteio Especial. A emissão dos bilhetes ocorre de acordo com as compras realizadas com CPF na nota, explica o superintendente de Desenvolvimento

da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas. 'Como forma de equilibrar as chances dos participantes com maior ou menor volume de compras, o sistema foi programado para estabelecer uma relação decrescente entre volume de compras e total de bilhetes emitidos. O teto máximo é de 45 bilhetes emitidos por contribuinte a cada mês, para compras acima de R\$ 2.000', explica o superintendente.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF variar de centavos até R\$ 100 no mês, o participante terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400, 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800, 30 bilhetes se for de até R\$ 1.200, 35 se chegar a R\$ 1.600 e 40 se alcançar R\$ 2.000, chegando a 45 para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

Solidariedade

Um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que, mesmo sem ser sorteado, é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

O resultado do sorteio será publicado no site da **Nota Premiada Bahia**, em 'Sorteios' => 'Relação de Ganhadores' e também nas redes sociais. O coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba, André Luiz Aguiar, explica que quem perdeu a chance de concorrer neste sorteio especial pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer no sorteio mensal de julho e também no próximo sorteio especial, ainda sem data definida.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

publicidade

Anuncio

Galaxy Z Fold2 5G

AN~Samsung_MK~BR_AR~MUTAT Saiba mais

publicidade

bahia

Azul inicia operação de voos comerciais para Ilha de Comandatuba, na Bahia

Voos terão Com frequência semanal com saídas de Confins (Belo Horizonte) e Congonhas (São Paulo)

Da Redação
redacao@correio24horas.com.br

27.06.2021, 12:41:00
Atualizado: 27.06.2021, 12:41:53



(Foto: Divulgação)

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o Jornal Correio por apenas R\$ 5,94/mês.

O município de Una, no Sul da Bahia, recebeu o voo inaugural da Azul Linhas Aéreas Inteligentes no último sábado (26). Com frequência semanal, a companhia inicia operações a partir de Confins (Belo Horizonte) e Congonhas (São Paulo), com destino ao aeroporto da Ilha de Comandatuba, que, em fevereiro, ganhou autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para receber voos comerciais. O vice-governador da Bahia, João Leão, e o secretário de Turismo do Estado, Maurício Bacelar, participaram do receptivo a tripulantes e passageiros.

Os voos procedentes da capital paulista sairão às 13h, com chegada a Comandatuba às 15h. Na volta, a decolagem é prevista para 16h, chegando a São Paulo às 18h05. Já o voo de Confins, sai às 15h e aterrissa em Una às 16h25. O retorno é previsto para 17h25, com chegada a Belo Horizonte às 18h50.

Em agosto será a vez da Latam Airlines Brasil operar também, às quintas-feiras, a rota entre Congonhas e Comandatuba, incrementando o turismo na Costa do Cacau (o destino do sul da Bahia já era atendido pela companhia com voos charters, mas não regularmente).

De acordo com Maurício Bacelar, a partir de junho, a Bahia ganha novas rotas aéreas ajudando na recuperação do tráfego aéreo da Bahia, reduzido pela pandemia. Ainda segundo o secretário, o movimento de retomada dos voos tem privilegiado a regionalização do turismo. "Essa interiorização é positiva para a Bahia e para as companhias que buscam ser beneficiadas pela política de redução das alíquotas do ICMS do querosene de aviação adotada pelo Governo do Estado", explica.

"É uma felicidade muito grande prestigiar este momento. Una está na rota do turismo brasileiro e, por isso, vamos continuar planejando o desenvolvimento desta belíssima região. Além de Ilhéus e Porto Seguro, Una entra na rota de grandes voos comerciais e o que isto vai ocasionar é uma potencialização do turismo no Litoral Sul e Extremo Sul da Bahia", afirma o vice-governador João Leão, que também é secretário do Planejamento.

| | |
|--|--|
| Veículo: Gov Bahia | |
| Data: 27/06/2021 | |
| Redução das alíquotas do ICMS do querosene de aviação | |



Azul inicia operação de voos comerciais para a Ilha de Comandatuba

27 junho 2021



Neste sábado (26), o município de Una, no Sul da Bahia, recebeu o voo inaugural da Azul Linhas Aéreas Inteligentes. Com frequência semanal, a companhia inicia operações a partir de Confins (Belo Horizonte) e Congonhas (São Paulo), com destino ao aeroporto da Ilha de Comandatuba, que, em fevereiro, ganhou autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para receber voos comerciais. O vice-governador da Bahia, João Leão, e o secretário de Turismo do Estado, Maurício Bacelar, participaram do receptivo a tripulantes e passageiros.

“É uma felicidade muito grande prestigiar este momento. Una está na rota do turismo brasileiro e, por isso, vamos continuar planejando o desenvolvimento desta belíssima região. Além de Ilhéus e Porto Seguro, Una entra na rota de grandes voos comerciais e o que isto vai ocasionar é uma potencialização do turismo no Litoral Sul e Extremo Sul da Bahia”, afirma o vice-governador João Leão, que também é secretário do Planejamento.

Os voos procedentes da capital paulista sairão às 13h, com chegada a Comandatuba às 15h. Na volta, a decolagem é prevista para 16h, chegando a São Paulo às 18h05. Já o voo de Confins, sai às 15h e aterrissa em Una às 16h25. O retorno é previsto para 17h25, com chegada a Belo Horizonte às 18h50.

Em agosto será a vez da Latam Airlines Brasil operar também, às quintas-feiras, a rota entre Congonhas e Comandatuba, incrementando o turismo na Costa do Cacau (o destino do sul da Bahia já era atendido pela companhia com voos charters, mas não regularmente).

De acordo com Maurício Bacelar, a partir de junho, a Bahia ganha novas rotas aéreas ajudando na recuperação do tráfego aéreo da Bahia, reduzido pela pandemia. Ainda segundo o secretário, o movimento de retomada dos voos tem privilegiado a regionalização do turismo. “Essa interiorização é positiva para a Bahia e para as companhias que buscam ser beneficiadas pela política **de redução das alíquotas do ICMS do querosene de aviação** adotada pelo Governo do Estado”, explica.

Fonte: Ascom/Secretaria de Turismo do Estado (Setur)

Paulo Guedes: reforma vai tributar rendimentos de capital e dividendos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

BRASÍLIA, Brasil, 25 June 2021 /PRNewswire Policy/ -- O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse hoje (25), em Brasília, que a reforma tributária planejada pelo governo vai tributar os rendimentos de capital e dividendos para reduzir os impostos que incidem sobre os assalariados.

Durante audiência na Comissão Temporária da Covid-19 do Senado, ele afirmou que o atual sistema tributário é 'perverso' e foi construído buscando caminhos 'mais fáceis', em vez de mais justos para a **arrecadação**.

Antes de participar da audiência, o ministro entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a proposta da segunda fase da reforma tributária, prevendo que a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) subirá dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil.

'Estamos fazendo a reforma tributária onde vamos reduzir os impostos dos assalariados. Estamos tributando rendimentos de capital porque o Brasil é um país de renda média baixa, e os impostos estavam concentrados em cima dos assalariados, em vez de tribuarmos quem vive de dividendos, que são os rendimentos do capital', explicou o ministro.

Ele disse que 'há uma perversão em nosso sistema tributário, que é muito complexo e foi dirigido por uma matriz de facilidades de **arrecadação** da receita, por um lado, e, por outro, por interesses corporativos'.

'Quanto à tributação sobre rendimento de capital, é uma necessidade. Os maiores países do mundo tributam o rendimento de capital e os dividendos. É o caso dos Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo. Não tem nada de errado com isso. Estamos eliminando uma perversidade do sistema, porque hoje a gente tributa o trabalhador assalariado porque é fácil', argumentou.

'Da mesma forma, a gente tributa combustível e eletricidade, porque também é fácil tributar. Só que isso sobe por toda a cadeia produtiva e acaba encarecendo tudo para a população brasileira. Então, a lógica tem de ser favorecer a população e o trabalhador brasileiro. A lógica não pode ser baseada em onde é que é fácil arrecadar e que interesses se pode favorecer com isenções. Se o Brasil crescer mais rápido, tributando dividendos, não tem problema porque os mercados já sabem que vem a tributação sobre dividendos, com uma alíquota de 20%.', acrescentou.

S/A - EBC

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Arrecadação

O ministro da Economia ponderou que o governo terá um cuidado especial para que a tributação de dividendos não prejudique os profissionais autônomos que recebem dividendos por meio da pejetização - situação na qual a relação de emprego é substituída pela prestação de serviços via pessoas jurídicas (PJ). 'Estamos atentos para proteger essas pessoas. O inadmissível é que, em grandes empresas, bilionários paguem 0% sobre dividendos'.

A expectativa apresentada por Paulo Guedes é a de, no futuro, a Receita fazer uso de tecnologias que possibilitem unificar diferentes fontes de renda. É o caso de contribuintes que, conforme exemplo apresentado pelo ministro, têm seus rendimentos obtidos um pouco com aluguéis de imóveis, um pouco com bolsa de valores, um pouco com dividendos.

'Dessa forma vamos unificar tudo e entrar no progressivo. A reforma é uma abertura de porta nessa direção. Estamos sinalizando que as empresas vão pagar menos. As pessoas físicas que vivem de rendimento de capital, ou seja, quem realmente é rico no país ou é classe média alta, tem de começar a pagar. E estamos desonerando os assalariados que ganham R\$ 1 mil, R\$ 9 mil e já estão pagando imposto, enquanto quem é bilionário paga zero nos dividendos. Isso é um absurdo. Estamos sinalizando que a música vai mudar e iremos agora em outra direção", finalizou o ministro.

Ouçã a Rádioagência Nacional

DESTAQUES DO PORTAL A TARDE



Marcello Casal jr. / Divulgação

Conta de luz seguirá mais cara em julho, afirma Aneel
atarde.com.br/economia

Governo propõe faixa de isenção do IR em R\$ 2,5 mil
atarde.com.br/economia

www.atarde.com.br
71 3340-8991 (Cidadão Repórter)
71 99601-0020 (WhatsApp)

EDITORIAL Distribuir para crescer

O Brasil deste século, considerando o período até meados da segunda década, é a referência no enfrentamento da desigualdade, visando à distribuição de renda e crescimento econômico, metas apontadas em avaliação qualitativa dos resultados de recente pesquisa internacional.

Trata-se do Relatório para o Desenvolvimento Humano da América Latina e Caribe, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), utilizado por gestores responsáveis com a finalidade de definir políticas pautadas pelo bem-estar comum.

O documento revela aspectos do panorama socioeconômico, ao desnudar uma

América Latina marcada pelos extremismos da concentração de riquezas e da superexploração do trabalho, materializada em gigantescos grotões de exclusão.

Os dados apontam um recrudescimento

É preciso que o documento do Pnud pautе governos para adoção imediata de ações capazes de reverter o panorama

de antigas “endemias sociais”, agravadas desde o ano passado, com a erupção dos desdobramentos da pandemia a ampliar o fosso entre miseráveis e rentistas, levando à percepção da urgência na recuperação de mecanismos de mobilidade.

Permeia todo este cenário uma inclinação para a violência sob todas as formas, da simbólica à física, a um só tempo causa e efeito, lançando seus tentáculos à medida da redução de programas de proteção dos desvalidos.

Sabendo-se depender de quem consoma seus produtos e serviços, o mercado resente-se da lacuna criada com as dificuldades de geração de emprego e renda,

inapropriadas para os objetivos econômicos, gerando assim aliança entre estabelecidos e desabrigados.

O pêndulo entre as necessidades de liberdade e segurança, em estéril polarização, estaria alienando os cidadãos da busca por equilíbrio, anteriormente representado nos investimentos do Estado e da iniciativa privada para mobilização de recursos.

Retomar diretrizes guiadas pela razoabilidade, harmonizando interesses nem sempre complementares, é o desafio apresentado, em regime de urgência, para tentar delinear um cenário auspicioso para o país e seus vizinhos.

BRUNO AZIZ

As charges publicadas neste espaço expressam as opiniões de seus autores



As PPPs e a nova Bahia

Manoel Vitória

Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

Quando se fala em Parcerias Público-Privadas e concessões de infraestrutura, a Bahia é referência nacional. Reconhecido em seu pioneirismo, o governo baiano reúne nove contratos de PPP e 40 de concessão, com investimentos de R\$ 15 bilhões. Mesmo durante a pandemia, que tem afetado iniciativas no setor pelo país, deflagramos dois projetos que ajudam a inserir a Bahia no século XXI: a Ponte Salvador-Itaparica e o Hospital Metropolitano.

Um dos mais emblemáticos novos projetos de PPP no Brasil de acordo com o jornal Valor, a Ponte Salvador-Itaparica será mais que uma das maiores estruturas sobre lâmina d’água do mundo, com 12,4 quilômetros: a obra mudará a face econômica da Bahia ao criar novo eixo de desenvolvimento. O Estado já constituiu o fundo garantidor, e o consórcio chinês vencedor da licitação para investimento de R\$ 5,4 bilhões inicia as obras ainda em 2021. Estudo com base em metodologia do Banco Mundial indica que os recursos públicos investidos deverão ter retorno de até 3,6 vezes.

A licitação para a PPP do Hospital Metropolitano, que está em curso, aprofundará a modernização dos serviços de saúde. Assim como o Hospital do Subúrbio, primeira PPP da Bahia e do Brasil na área, premiada pelas Nações Unidas, o novo equipamento em Lauro de Freitas será de alto padrão. O Instituto Couto Maia, mais moderno hospital especializado em doenças infectocontagiosas do Brasil, também opera via PPP, assim como a revolucionária Central de Diagnósticos por Imagem.

Os contratos em curso incluem o metrô Salvador-Lauro de Freitas e a implantação do VLT – veículo leve sobre trilhos no Subúrbio de Salvador, estruturas que juntas reconfiguram a mobilidade na capital. E ainda o sistema BA-052, no oeste baiano, para requalificação desta malha rodoviária, a Arena Fonte Nova e o Emisário Submarino de Salvador. Entre as concessões, ressalte-se a da BA-093.

Mas o que é que a Bahia tem? A liderança do governador Rui Costa, que prioriza o investimento para a retomada da economia e reconhece nas PPPs e concessões um caminho seguro de atração de capital. Estudos aprofundados e estabilidade, com fundo garantidor. Equipe de profissionais especializados, na Secretaria da Fazenda, para modelar e estruturar os projetos. E agora o primeiro portal no país em que é possível acompanhar cada projeto e cadastrar propostas de novas iniciativas.

De acordo com a consultoria Radar PPP, cerca de dois terços das iniciativas do setor no Brasil não chegam a ser licitadas devido a problemas de planejamento. A Bahia desenvolveu o antídoto para estas dificuldades: bons projetos, modelagem bem-feita e decisão política.

Como depredar uma cidade histórica

Dimitri Ganzelevitch

Produtor cultural e blogueiro
dimitri.santoantonio@gmail.com

No dia 21 de maio festejei os 46 anos de minha chegada a Salvador. Após alguns meses no Porto da Barra, encontrei uma pequena cobertura no 28 da rua do Passo e lá fiquei uns quinze anos. Quando me mudei, em 1990, para a rua Direita de Santo Antônio, o Ipac convenceu, sei lá com que argumentos, os proprietários a entregarem o imóvel. Seria reformado e devolvido em perfeito estado. Hoje, do dito imóvel só resta a fachada, prestes a desabar. A mesma coisa aconteceu com cinco casas da ladeira do Carmo e em vários outros pontos do centro histórico de Salvador. Ruínas, ruínas, ruínas.

Em janeiro de 2007, o recém-nomeado secretário estadual de Cultura resolveu tomar posse na rocinha da Rua Alfredo Brito – convidados escorregando na lama – e declarou que neste mesmo local seria edificada

uma mítica Vila Nova Esperança. Todos foram desalojados, relocados em vários endereços. Quatorze anos se passaram. O contribuinte pagando os aluguéis, lógico. Quantos ex-moradores da rocinha morreram sem ver sequer um pedaço de muro construído? Quantos crianças, já adultas, se casaram? O tecido social evaporou. Talvez, neste ano de 2021, a tal vila seja finalmente terminada. Quem irá ocupá-la?

Com tantos imóveis vazios pelo CH, em vez de transformar uma área verde em algo do tipo “Minha casa, minha vida”, não era mais lógico recuperar três ou quatro casarões e fazer da rocinha um espaço de lazer e esportes?

Haja demagogia e falta de coerência! Em março passado fui convidado a assistir, e eventualmente participar, de uma live organizada pela Faculdade de Arquitetura da Ufba sobre o centro histórico. Parceiro, o Iphan fez colocações com as quais concordei, com uma ou outra ressalva. Não faltaram críticas à obra da Conder no bairro de Santo Antônio. Estaríamos na alvorada de novos

tempos com, finalmente, uma fiscalização consistente para verbalizar, multar e exigir recuperação dos inúmeros erros cometidos por particulares e órgãos oficiais? Que nada! A live não passou de mero exercício acadêmico. O Iphan não é mais aquele.

A mesma mediocridade impera em todos os níveis e em todos os bairros da cidade. Quem projeta foi nomeado por afinidades partidárias ou particulares. O resultado é visível. A Praça Cairu e o Farol da Barra prontos para receber helicópteros e trios elétricos. Nem os tradicionais quiosques de água de coco, cobertos com palha de coqueiro, escaparam da “modernização”, substituídos por cubos de vidro parecendo postos policiais.

Pelos deprimentes resultados, parece que a Bahia não tem um só bom arquiteto. Agora temos que engolir um edifício modernoso de onze andares no Comércio para abrigar os arquivos municipais. Com tantos belíssimos imóveis abandonados?

Mas é muita avacalhação com nosso patrimônio!

OPINIÃO

Os conteúdos assinados e publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opinioao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opinioao@grupoatarde.com.br

COLUNA

O Carrasco



demais! Dessa vez o petista não consegue explicar, definitivamente, se é a favor ou contra o voto impresso. Ao dizer que seria contra, mas que defende a checagem de urnas por amostra, Wagner acende uma vela para Deus e outra para o diabo. O Carrasco apurou que o pré-candidato a governador tomou um esporro de Lula. Perguntou-lhe, querendo as más línguas, se ele estava querendo jogar a favor de Bolsonaro. Quem presenciou a cena disse que o ex-presidente ligou aos gritos e falou o que não se fala a um bicho de estimação.

Chilique ortopédico

Emparedado pelos seus eleitores e pela maioria dos colegas partidários do PSD, o senador Otto Alencar até que tentou um revide. Anda dando calundu aos interlocutores dos meios de comunicação, exigindo que nenhum site reproduza notícias sobre a sornateira traição para com o Velho Chico e suas populações ribeirinhas. Dizem que chegou a exigir que o governador Rui Costa entrasse no circuito para enquadrar os donos de sites baianos. Queria ainda que eles fossem proibidos de mencionar as críticas do vereador Alexandre Aleluia, que foi impiedoso ao desmascarar Otto Alencar. Mais um que terá a devida resposta nas eleições de 2022. Sem mandato, só lhe restará um emprego em alguma Organização Social (OS) da área de saúde, em alguma prefeitura pequena, claro, pois na Bahia de Joao Roma ou ACM Neto o IBDAH, já desmascarado, não terá vez.

A ponte do Rio que Cai

O Carrasco nunca erra. Disse aqui tempos atrás que os chineses, em razão da alta dos preços de material de construção, especialmente aço e cimento, iriam virar a mesa e exigir o aditivo contratual, e que isso iria impactar brutalmente no custo da obra bonita e no aumento da tarifa, caso ela saísse do papel. Dito e certo. Deu na coluna de meu amigo Levi Vasconcelos do último dia 23 de junho: "Ontem em Feira de Santana, João Leão, vice-governador e secretário do Planejamento, um dos que tocam o projeto da ponte, admitiu que o problema existe e o fato é real, o aço dobrou mesmo e o cimento disparou (...). Não é só o contrato da ponte. Varias outras obras estão na mesma situação. E o motivo da queixa é justo", afirmou João Leão. Sonhar com a ponte, mesmo sem ter qualquer licença dos mais diversos órgãos federais, a gente até permite, mas pensar em executá-la com valores bilionários acima do previsto é mais que utopia. Este Carrasco dúvida que Rui Costa entre nessa. The end, Bonitão!

Cadê Cocá?

Lá pelas bandas de Jequié, o povo anda reclamando do prefeito Zé Cocá. Dizem que o foco dele na UPB tá tão grande que o município está a ver navios. Na última semana, a balbúrdia causada na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) chamou atenção dos moradores. A poluição sonora estava tão alta que apelaram para o MP intervir. A prefeitura foi acionada a tomar medidas para combater este tipo de crime na cidade. Enquanto isso, chega ao Carrasco que Zé largou seu eleitorado de lado e que Jequié passa longe de seus interesses desde que assumiu o trono da União. Será?

Tudo em casa

Pense no absurdo, na Bahia tem precedente. Na capital, Salvador, a brincadeira de compra e locação de terreno está cada vez melhor para os sócios das empresas GPEC Patrimonial e Administração e PJ Construções e Terraplanagem. Isso porque, os sócios são os mesmos. Eles adquiriram, por meio da GPEC, o terreno próximo à Tancredo Neves que dará lugar à nova sede da Transalvador, opção feita na gestão municipal passada. Vale lembrar, esta PJ é a mesma que, volta e meia, ganha licitações para construções não só

no município, mas também pelo interior afora. Como no Carrasco não passa nada, vale o velho e bom ditado popular: diga-me com quem andas que lhe direi quem és. Estamos de olho, e Bruno Reis mais ainda.

Camuflado?

Podem até querer inventar outro nome ou jogar 'laranja' no circuito, mas não vai funcionar. O Hospital Alayde Costa, em Salvador, que é administrado pelo velho e conhecido IBDAH, agora vai receber também um reforço da Santa Casa de Misericórdia de Ruy Barbosa para serviços de alta e média complexidade nos atendimentos de nefrologia. O que chama atenção, e que já é de conhecimento do Carrasco, é a informação de que por trás do Instituto e da Santa Casa há personagens em comum. Estes, disfarçados por meio dos CNPJs, saem ganhando nestes contratos da Saúde. Mas aí vai um aviso: cuidado! A máscara já caiu e breve a identidade será revelada!

Euclides da licitação - Parte 2

Na semana passada, o Carrasco trouxe à tona informações sobre contratos sem licitação que andam acontecendo em Euclides da Cunha. Por lá, dizem que o escritor que batiza a cidade anda se revirando no túmulo, diante de tantos milhões que circulam nas construções do pequeno município. Chega a esta coluna que duas empresas já estão chamando a atenção. Com iniciais miúdas, as 'sortudas' andam fazendo a festa e garantem a boquinha na hora de arrematar o lance. DIS*seminadas, a verdade é que *já *P*odem afirmar que elas têm muito 'prestígio' por lá.

Tem que respeitar

Chegaram até esta coluna rumores que um empresário do entretenimento, responsável por uma estrela do mercado, desenhou um plano maligno para tomar as participações dos seus sócios. A pandemia para ele se tornou o grande trunfo para desidratar. O Carrasco irá acompanhar as peripécias desse rapaz. Dizem as más línguas que ele se inspirou na série LUPIN, da Netflix. Fiquem atentos às cenas dos próximos capítulos, pois a lupa já está mirada nele desde os anos passados.

Uma proposta

No vai e vem de abertura e fechamento do comércio por conta da pandemia, o deputado Zó (PC do B) encontrou uma solução, se não óbvia, ao menos objetiva para o problema: imunização dos trabalhadores do comércio. Mas o problema são as vacinas mesmo. Com a chegada ao estado de imunizantes a conta-gotas não se pode esperar muita coisa.

Sem moral

O STF confirmou a decisão da Segunda Turma, que julgou o ex-juiz Sergio Moro parcial na sua atuação no caso do triplex do Guarujá, envolvendo o ex-presidente Lula. Desde a saída constrangedora do governo Bolsonaro, com rompimento e acusações de tentativas de interferência no curso do seu mandato à frente do Ministério da Justiça, passando pela contratação como consultor da empresa que faz a recuperação judicial de construtoras condenadas por ele durante a Lava Jato, Moro parece estar cada vez mais sem moral. Há algum tempo, muito se falava em uma possível candidatura à Presidência da República, o que nunca chegou a ser confirmado pelo próprio. Mas hoje tudo leva a crer que o máximo que conseguiria seria brigar por uma vaga no Legislativo.

Terra quadrada

A participação do deputado federal e ex-ministro Osmar Terra na CPI da Covid foi um show de desinformação. Os senadores repassaram vídeos com previsões

constrangedoras do ex-secretário de Saúde do Rio Grande do Sul no início da pandemia, quando acreditou que a Covid-19 vitimaria menos pessoas do que as gripes sazonais no estado. As posições negacionistas e teses inusitadas, e sem nenhum embasamento científico, guiaram o depoimento do amigo pessoal do presidente Bolsonaro, que nas redes sociais ganhou o apelido que corrobora com a veracidade dos seus argumentos: Osmar 'Terra Quadrada' e Osmar 'Terra Plana'.

Rastro de sangue

Desde que o agricultor Paulo Grendene foi assassinado, no início deste mês, rastros de sangue foram deixados e começaram a aparecer. Grendene teria denunciado grileiros com atuação na venda de terras no oeste – alvo da Operação Faroeste. Foi aí que o MPF ligou a morte do agricultor a investigações da Faroeste. O órgão aponta, no documento em que pede a manutenção da prisão da desembargadora Ilona Reis, que o grupo criminoso formado por magistrados e advogados é o responsável pelo cometimento de diversos ilícitos, incluindo a morte de Grendene.

Cá te espero

Quem entrou de vez no radar da PGR foi o MPF de Porto Seguro. Interesses de empresário andam a mil por hora. Personagens que andam ZELando por causas milionárias e perturbando bilionários que querem investir no balneário preferido do PIB brasileiro. Melhor ficar calado, pra ver se esse povo desiste de perseguição, afinal de contas abuso de poder virou crime.

Torre, Torre...

Quem avisa amigo é. A Torre, mesmo depois da sinalização, insiste nas cotoveladas nos companheiros. A foice vem antes do esperado.

Enquadrada

De novo uma pequena revoada do MPF merece nossa atenção semanal. Seria trágica se não fosse cômica, a entrevista feita pelo trio de Subprocuradores da República Luiza Frischeisen, Mario Bonsaglia e Nicolao Dino a uma famosa revista digital Morista (defensora de Sérgio Moro e seus métodos). "O procurador-geral da República é órgão de Estado, não de governo. Daí o necessário distanciamento em relação ao Poder Executivo, para que possa exercer com a desenvoltura necessária seu papel de fiscal", afirmou Nicolao Dino, cujo discurso é encampado pelas colegas da lista tríplice. O Carrasco foi dar uma lida na Constituição Federal e encontrou o artigo 128, parágrafo primeiro, no qual está claro que "o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução". Não há e nunca houve qualquer exigência legal de que o presidente tenha de se curvar a qualquer lista tríplice feita pelo MPF. Se essa moda não fosse acertadamente afastada pelo governo Bolsonaro, não iria demorar para que a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, tentasse emplacar uma tese na qual o chefe do Executivo Nacional teria de respeitar eventual exigência, também por uma lista, para o STF. Uma coisa é sugerir alguns nomes por meio de nota pública ou coisa do tipo, outra, bem diferente, é "criminalizar" o processo de escolha do PGR. Coisa de quem não se curva a equilibrado trabalho de Augusto Aras, cuja gestão tem dados estatísticos que superam os seus antecessores. Segundo se comenta, além da gestão de Aras ter obtido restituição de dinheiro público maior do que outros PGRs, é fato público e notório que Aras cortou as asas de procuradores irresponsáveis e que agiam por interesses políticos e persecutórios.

ESPAÇO DO LEITOR

opinioao@grupoatarde.com.br

☉ Cai o rei do desmatamento

Reza a sabedoria popular que não há bem que sempre dure nem mal que nunca se acabe. Caiu o ministro do Meio Ambiente. Ricardo Salles, depois de muita pressão de ambientalistas e a sociedade em geral. Além de ser responsável pelo crescente desmatamento da Amazônia e permitir a passagem da "boiada" para beneficiar madeireiros, garimpeiros e pecuaristas. Salles está sendo investigado por crimes ambientais, contrabando de madeira, enriquecimento ilícito e advocacia administrativa (belo currículo). MI-

CHEL NOGUEIRA, MICHELNOGUEIRA708@GMAIL.COM

☉ Sadismo

A agência do Banco do Brasil, na região de Roma, tinha um acesso confortável, com

Não há bem que sempre dure nem mal que nunca se acabe. Caiu Ricardo Salles

escada e rampa de acesso para pessoas com dificuldade de locomoção dentro dos padrões, com corrimões em aço inox, perfeito. De repente algum sádico, num lampejo de perversidade, inventa de fazer uma reforma, aumentando a extensão da rampa para cadeirantes, com uma curva de 180 graus, digna de praticantes de esportes radicais, sem corrimões e uma escada com espelhos superiores a 20 cm, o que praticamente inviabiliza o acesso a portadores de necessidades especiais. Parece que os engenheiros e/ou arquitetos encarregados dos projetos para a região de

Itapagipe foram escolhidos a dedo, com a missão, não de resolver problemas mas de criá-los, a exemplo do inexplicável desvio da Av. Dendezeiros para a Luís Tarquínio e o ainda mais absurdo avanço do calçadão na frente da igreja de Santa Dulce no chamado Caminho da Fé. Tem ainda a interminável obra na Rua Henrique Dias, que, quando um dia for repavimentada, vai aterrar vários imóveis, deixando-os bem abaixo do nível da rua. Espera-se que pelo menos o problema dos alagamentos da rua sejam resolvidos. HAMILTON MATOS, HDAMATOS@GMAIL.COM

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

A quem interessa a briga agro x ambiente?

Meio ambiente e agronegócio são umbilicalmente e vitalmente ligados. Não há vida sem meio ambiente e de onde a agricultura sustentável é expulsa, o aquecimento das grandes metrópoles é comprovado. O Instituto Escolhas reuniu a temperatura média da Grande São Paulo de 1985 a 2019 e registrou alta de 1º C. A continuar como está, crescerá mais 0,6º C até 2030.

A solução? Restaurar a agricultura urbana e periurbana em cerca de 50 mil ha disponíveis, além da transformação dos tetos dos edi-

fícios em arquitetura verde. E, implementar biogás, biodigestores e geradores adequados, como o MWM.

O grave tema envolvendo meio ambiente, responsabilidade social com sua ética governança é hoje interesse de todos os agentes sérios ao longo das cadeias de abastecimento do que chamamos do complexo de "agri-business". No mundo, a palavra "saúde" transforma-se no sinônimo de alimentos, desde o solo, plantas, animais, meio ambiente, produtores rurais, companhias de ciência e tecnologia, e to-

das atividades que vêm a posterior das propriedades agrícolas de todos os tamanhos, agroindústrias e supermercados por exemplo.

O Brasil tem hoje inteligência demonstrada no setor da agropecuária

O Brasil tem inteligência demonstrada na agropecuária. Temos o programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), o Código Florestal,

Criminosos e infratores jamais podem ser chamados de produtores

que assegura a proteção ao meio ambiente. Além disso tudo, agricultores e produtoras rurais que conheço, e que fazem a gestão de propriedades com as melhores práticas conservacionistas, integrando inovação com competência de gestão, obtêm muito mais lucro.

Exemplo? Sra. Marize Porto, da Fazenda Santa Brígida, Ipameri/Goias, símbolo da integração lavoura, pecuária e floresta. Há cerca de 13 anos, tinha prejuízo de R\$ 300 por hectare. Hoje, lucra R\$ 6 mil por ha. Da mesma forma, as cooperativas

dão um show nesse sentido para milhares da agricultura familiar. Educação sobre a matéria temos à vontade, também no sistema CNA/Senar - Agricultura, Meio Ambiente, responsabilidade social não são inimigos, não. Ao contrário: são irmãos gêmeos, e ainda geram muito mais lucro.

O segredo? governança, pacificação dos humores e aplicação da lei sobre criminosos e infratores. Esses últimos jamais podem ser chamados de produtores. O agronegócio brasileiro é legal.

AGRICULTURA
Conquista resulta de fatores como clima, trato cultural e variedades

Algodão do cerrado baiano alcança qualidade premium

Abapa / Divulgação / 11.12.2020



Centro de Análise de Fibras da Abapa

MIRIAM HERMES

A qualidade 'premium' alcançada pelo algodão do cerrado baiano na safra 2020/21 nas primeiras amostras certificadas, é resultado de uma série de fatores como clima, trato cultural e variedades plantadas.

Embora nesta safra a área tenha sofrido uma redução de 15% por causa do preço no período da semeadura, foram plantados 266.662 hectares (há) nos municípios do extremo oeste do estado, com previsão de colher aproximadamente 520.363 toneladas de pluma até o mês de setembro.

As boas condições para o desenvolvimento das plantas e dos capulhos (onde crescem as fibras), com chuva e sol nos períodos certos, elevaram também a produtividade média (produção por hectare) para 317,3 arrobas por ha (@)/ha de algodão em capulho, com incremento de 2% sobre a safra anterior.

Para o presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Luiz Bergamaschi, a redução da área e da produção em 13% nesta safra "sob uma análise conjuntural reflete sustentabilidade e maturidade da nossa matriz produtiva, que é variada e balanceada em função do mercado".

O cotonicultor lembrou que em pouco mais de duas décadas "o Brasil deixou de ser o segundo maior importador de pluma do mundo, para se tornar o segundo maior exportador. Perdemos em volume de oferta no mercado externo apenas para os Estados Unidos, mas isso é algo que deve mudar dentro de alguns anos", avaliou.

Ele salientou que a qualidade da fibra do cerrado da Bahia é hoje "comparável à (norte) americana e à australiana", ressaltando que essa conquista é recente "pois, antes, éramos conhecidos pela baixa qualidade do nosso algodão".

Ao estimar aumento em

"Perdemos em oferta no mercado externo apenas para os EUA"

LUIZ BERGAMASCHI, da Abapa

torno de 5% de área semeada com a cultura na região para a próxima safra, Bergamaschi pontuou que o oeste baiano tem, além do comprometimento dos produtores para atingir o atual estágio, "o mais completo e complexo programa de certificação de sustentabilidade".

O produtor salientou ainda que os cotonicultores da região seguem as normas do programa Algodão Brasileiro Sustentável (ABR), da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), o que "é garantia de fibra sustentável, pois é lastreado

nas legislações trabalhista e ambiental do Brasil".

Titular da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (Seagri), João Carlos Oliveira da Silva também citou o programa ABR, "que é uma referência no mercado internacional" assegurando que a produção baiana tenha boa aceitação entre os compradores.

Engenheiro agrônomo, ele destacou que o estado e os produtores atuam em parceria com foco na produtividade e produção, mas também na sustentabilidade da região, "garantindo uma boa imagem da nossa fibra no mercado consumidor", afirmou.

Para João Carlos, a união da classe com trabalho através do associativismo e as lideranças projetadas no meio rural são fundamentais para consolidar a cultura do algodão entre as maiores commodities baianas. Neste aspecto citou que a presidência da Abrapa é ocupada

atualmente pelo produtor baiano Julio Busato, que já dirigiu a Abapa e a Aiba.

"Vale destacar a importância estratégica do cerrado baiano, líder entre a região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia)", disse o secretário, enfatizando que o oeste do estado tem um grande potencial a ser utilizado sem comprometer o equilíbrio ambiental.

Produção de Matopiba

A certificação que qualifica a produção da fibra não só da Bahia, mas de todo cerrado do Matopiba é de responsabilidade do Centro de Análise de Fibras da Abapa, localizada em Luís Eduardo Magalhães há 21 anos.

Com 12 máquinas dentro da unidade, o centro instalado no oeste baiano é o maior da América Latina. O local faz a testagem com classificação por HVI (High Volume Instrument), equipamento que mede as características da fibra.

"Trabalhamos 24h por dia, sete dias da semana no pico da safra", disse o coordenador do laboratório, Sergio Brentano, citando que para manter este ritmo emprega uma média de 110 pessoas no período.

Ele revelou que para a safra que está em curso a estimativa é testar 3 milhões de amostras, referentes a produção do Matopiba, com previsão de colher nos próximos três meses 587.067 toneladas no cerrado destes quatro estados, conforme levantamento da Abrapa.

De acordo com o Brentano, que é especialista no assunto, nesta classificação são avaliadas além da cor e do brilho, também a resistência, o tamanho e uniformidade das fibras.

"Este ano, até o momento, as amostras indicam que temos qualidade premium", disse, citando que a fibra é a mais valorizada para tecidos especiais pela textura macia obtida com os fios finos, resistentes e extra longos.



Faixa de isenção do IR passará para R\$ 2,5 mil

REFORMA TRIBUTÁRIA O governo federal entregou ao Congresso nessa sexta-feira (25) uma nova etapa da Reforma Tributária, com ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda das pessoas físicas dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2,5 mil. Na solenidade, o ministro da Economia, Paulo Guedes, explicou os pontos principais do texto. Ele estava acompanhado do ministro Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil) e da ministra Flávia Arruda (Secretaria de Governo).

Segundo a Receita Federal, com a correção de 31% na faixa de isenção, mais de 5,6 milhões passarão a ser considerados isentos do Imposto de Renda com a medida. As demais faixas também foram corrigidas, mas em menor proporção (cerca de 13%).

Apesar de ter proposto a correção a tabela do IR, reduzindo a tributação sobre os contribuintes, o governo também quer limitar o uso do desconto simplificado na declaração de ajuste anual. Pelas regras atuais, todas pessoas físicas podem optar por esse desconto, e o abatimento é limitado a R\$ 16.754,34. Pela proposta do governo, quem tem renda acima de R\$ 40 mil por ano, não poderá mais optar pelo desconto simplificado na declaração anual do IR — que estará limitado a R\$ 8 mil. Esses contribuintes terão que fazer a declaração completa, com as deduções (que foram mantidas sem alterações).

As medidas fazem parte da Reforma Tributária, cuja primeira etapa da proposta do governo foi encaminhada no ano passado, com a



Ministro Paulo Guedes entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a proposta da segunda fase da Reforma Tributária

unificação do PIS e da Cofins (proposta ainda está sendo analisada pelo Congresso). Outras fases da reforma, já anunciadas pelo governo, como a desoneração da folha de pagamentos e a substituição do IPI por um imposto seletivo, ainda não foram enviadas ao Legislativo pela área econômica.

Além de corrigir a faixa de isenção para até R\$ 2,5 mil, o governo também está propondo a atualização das demais faixas da tabela, o que significa que, se aprovado, todos os contribuintes pagarão menos. O aumento da isenção

do IR das pessoas físicas é uma promessa antiga do presidente Jair Bolsonaro.

Ele falava em isentar quem ganha até cinco salários mínimos (atualmente, R\$ 5.500), mas a proposta não chegou nem na metade desse valor (R\$ 2.500). Em janeiro, o presidente chegou a dizer que não poderia fazer mexer na tabela do IR porque o Brasil estaria "quebrado". A tabela do IR não tem correção desde 2015. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), a defasagem chegou a 113,09% neste ano.

PRINCIPAIS MUDANÇAS

IR para pessoa física Faixa de isenção sobe de R\$ 1.903,98 para R\$ 2,5 mil, uma correção de 31%. Com isso, mais de 5,6 milhões passarão a ser considerados isentos. As demais faixas do IR também foram ajustadas, mas em menor proporção (cerca de 13%)

IR para empresas Governo propôs a redução da alíquota, que atualmente é de 15%. A proposta é de que o valor caia em 2,5 pontos percentuais em 2022 (para 12,5%) e mais 2,5 pontos percentuais a partir de 2023, chegando a 10%

Lucros e dividendos

O governo propôs o retorno da tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos das empresas a pessoas físicas, que vigorou até 1995. Atualmente, não há cobrança. A proposta do Ministério da Economia é de uma alíquota de 20%, na fonte

Ganhos de capital com imóveis

O governo propôs reduzir a alíquota do Imposto de Renda (IR) sobre ganhos de capital na venda de imóveis para 5% se o contribuinte atualizar o valor da propriedade

Aplicações financeiras

Ministério da Economia propôs a unificação em 15% da alíquota do IR para renda fixa

Imposto de Renda para as empresas será reduzido em duas etapas

MUDANÇAS O texto da Reforma Tributária também estabeleceu uma redução do Imposto de Renda para empresas, informou o ministro da Economia, Paulo Guedes. A redução do IR para empresas de todos os setores, ocorrerá em duas etapas: dos atuais 15% para 12,5%, em 2022, e 10%, a partir de 2023. O adicional de 10% para maiores empresas permanece.

Pela proposta, deixa de existir a possibilidade de isentar o dinheiro do empresário investido na sua empresa (juro sobre capital próprio). Pagamentos de gratificações e participação nos resultados a

sócios e dirigentes feitos com ações da empresa não poderão ser deduzidos como despesas operacionais.

A proposta de Reforma Tributária propõe ainda uma cobrança de 20% de Imposto de Renda (IR) sobre dividendos pagos pelas empresas aos acionistas. Atualmente, há isenção. Se o projeto for aprovado, a cobrança do imposto será aplicada na fonte.

As mudanças propostas no imposto de renda para investimentos têm como principais objetivos, segundo Paulo Guedes, facilitar a vida do investidor, igualar os benefícios dos grandes para os

pequenos, cortar subsídios dos grandes investidores e fazer com que a tributação não defina mais a escolha da aplicação. A caderneta de poupança não passará por mudanças; segue isenta.

Os ativos de renda fixa, como Tesouro Direto e CDB, terão alíquota única de 15%. Não haverá mais o escalonamento de 22,5% a 15%, dependendo do prazo de aplicação, o mesmo ocorrendo com os fundos abertos. Pela proposta, os fundos fechados (multimercados) terão alíquota única de 15% e o mesmo tratamento dos fundos abertos para "come-cotas",

que passará a ser recolhido uma única vez no ano (atualmente são duas).

Pela proposta, as operações em bolsa de valores passarão a ter apuração trimestral e não mais mensal. A alíquota será de 15% para todos os mercados. Hoje é de 15% em mercados à vista, a termo, de opções e de futuro, e de 20% no day trade.

A compensação de resultados negativos poderá ocorrer entre todas as operações, inclusive day trade e cotas de fundos negociadas em bolsa. Atualmente, essa compensação é limitada entre operações de mesma alíquota.

AUXÍLIO EMERGENCIAL PODE SER RENOVADO OUTRA VEZ

AJUDA O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nessa sexta-feira (25) que o governo poderá renovar o auxílio emergencial depois de outubro, caso a pandemia continue fora de controle. Em audiência na Comissão Temporária da Covid no Senado, Guedes afirmou que "quem dirige o auxílio emergencial não é a economia, nem sequer a política, quem dirige o auxílio emergencial é a pandemia?". A ideia é manter o público beneficiado e os valores das parcelas.

"Se a pandemia continuar fora de controle, em setembro, outubro, novembro, vamos ter que renovar de novo o auxílio emergencial, mas não é a expectativa no momento. A expectativa no momento é que nós estaríamos, nas palavras do ministro Queiroga [Marcelo Queiroga, da Saúde], num ambiente de controle da pandemia", explicou o ministro.

Na rodada atual, cada cota do auxílio emergencial tem custo estimado de R\$ 9 bilhões. Portanto, a prorrogação deve ter impacto de R\$ 27 bilhões

PRÉVIA DA INFLAÇÃO NA RMS É A 2ª MAIS ALTA DO PAÍS EM JUNHO

CUSTO DE VIDA O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), calculado pelo IBGE, ficou em 1,14% na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em junho. Acelerou fortemente em relação ao verificado em maio (quando havia sido de 0,37%) e foi o mais alto para um mês de junho, na RMS, desde o início da série histórica regional para o indicador, no ano 2000. Foi também o segundo mais alto do país, abaixo apenas do registrado na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS (1,18%).

A gasolina voltou a aumentar fortemente (8,29%) e foi o item que, sozinho, mais puxou o custo médio de vida para cima, na RMS. Em 12 meses, a alta da gasolina chega a 53,09%. O etanol, com alta de 12,1%, também teve peso importante na aceleração da prévia da inflação em junho.

Segundo o IBGE, os alimentos (0,58%) tiveram uma leve desaceleração de preços no IPCA-15 de junho —(havam aumentado 0,61% em maio)

INDICADORES

CÂMBIO

| | Compra | Venda |
|-----------------|------------|------------|
| Dólar Comercial | R\$ 4,9367 | R\$ 4,9377 |
| Dólar Turismo | R\$ 4,947 | R\$ 5,11 |
| Euro turismo | R\$ 5,84 | R\$ 6,107 |

BOLSA

| Índice | Pontos | Varição |
|----------|------------|---------|
| Ibovespa | 127.255,61 | -1,74% |

POUPANÇA

| | |
|-----------|---------|
| 26/6/2021 | 0,1559% |
|-----------|---------|

SALÁRIO MÍNIMO

| |
|--------------|
| R\$ 1.100,00 |
|--------------|

INFLAÇÃO

| | Mai | Ano | 12 meses |
|-----------|-------|--------|----------|
| IPCA/IBGE | 0,83% | 3,22% | 8,06% |
| INPC/IBGE | 0,96% | 3,33% | 8,9% |
| IGP-M/FGV | 4,10% | 14,39% | 37,04% |

RETRAÇÃO

US\$ 1,2

bilhão foi o valor dos investimentos diretos de estrangeiros no país em maio, segundo dados divulgados pelo Banco Central nessa sexta-feira (25). O volume é 65% menor que o registrado em abril, de US\$ 3,5 bilhões. Em relação ao mesmo mês do ano passado, quando houve US\$ 3,1 bilhões em investimentos desse tipo, a queda foi de 61%. O valor de maio é o menor para o mês desde 2007.

ECONOMIA

Aumento em bandeira vermelha pode passar de 20%

DECISÃO SAI AMANHÃ A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) se reunirá amanhã, a partir das 9h, para definir o valor do reajuste das bandeiras tarifárias. A cobrança extra na conta de luz acontece quando o custo de produção de energia aumenta. O reajuste a ser definido pela Aneel entrará em vigor a partir de julho, quando será aplicada a bandeira tarifária na cor vermelha patamar 2, taxa mais elevada do sistema.

Segundo a Aneel, os níveis dos reservatórios estão “consideravelmente baixos”, e a perspectiva é “desfavorável”. O cenário, acrescenta a agência, “sinaliza horizonte com reduzida capacidade de produção hidrelétrica e elevada necessidade de acionamento de recursos termelétricos”. A energia produzida pelas usinas termelétricas é mais cara se comparada com a das usinas hidrelétricas. Segundo o diretor-geral

ENTENDA AS BANDEIRAS

- **Verde** Quando as condições são favoráveis à produção e não há cobrança adicional
- **Amarela** Condições menos favoráveis, com R\$ 1,34 por cada 100 kWh consumidos
- **Vermelha** Quando usinas térmicas são ligadas e se aplicam cobranças adicionais, de R\$ 4,16 ou até R\$ 6,24

da Aneel, André Pepitone, a bandeira vermelha patamar 2 terá reajuste superior a 20%. Com isso, deverá passar dos atuais R\$ 6,24 cobrados a mais por cada 100 quilowatts/hora consumidos (kWh) para mais de R\$ 7,50. A bandeira vermelha 1 e a amarela também devem ser reajustadas, mas o aumento ainda não foi informado. A bandeira verde continuará sem cobrança adicional. A bandeira vermelha 2 começou a ser aplicada em ju-

nho, e a expectativa é que continue em vigor ao menos até novembro. Segundo o Ministério de Minas e Energia, o país gastará R\$ 9 bilhões a mais para gerar energia de janeiro a novembro deste ano em razão do acionamento extra das usinas termelétricas. O reajuste a ser anunciado pela Aneel é sobre as bandeiras tarifárias, não sobre o valor total da conta de luz. Mas o aumento gera impacto na conta de luz.

●● Não temos dúvida de que a pandemia de covid-19 intensificou as dificuldades e impôs outros desafios Carlos Melles

Presidente do Sebrae, sobre a pesquisa Sobrevivência de Empresas (2020), que indica uma taxa de mortalidade de 29% entre as empresas de pequeno porte durante o ano de 2020.

Crise hídrica já afeta turismo, pesca e outros negócios

ÁGUA A crise hídrica que ameaça o abastecimento de energia no Brasil já gera efeitos e prejuízos que extrapolam o setor elétrico no centro-sul. A decisão do governo de privilegiar o uso da água para a eletricidade tem despertado preocupação e protestos de outras atividades no entorno dos reservatórios das hidrelétricas, como navegação, turismo, piscicultura e agricultura. A disputa pelo uso das águas do lago da hidrelétrica de Furnas, que envolve 34 cidades de Minas Gerais, é o

exemplo mais icônico de batalhas que se multiplicam pelo país. A maioria das cidades no entorno já sente impactos negativos da redução do nível das águas. No turismo, as perdas já chegam a R\$ 53 milhões neste ano. Especialistas explicam

que reter água no lago de Furnas teria impacto em todas as demais hidrelétricas da bacia do Rio Paraná, que estão abaixo da de Furnas, até Itaipu, no Paraná. Ao todo, dez usinas seriam afetadas. As cataratas em Foz de Iguaçu, que já vêm chamando a atenção pela redução do volume de água, podem ser ainda mais afetadas, impactando o turismo naquela região. Nos dias 9 e 10 de junho a vazão foi de 308 mil litros de água por segundo, o que representa um quinto da normalidade.

ANATEL DIZ QUE JÁ ESCLARECEU TUDO SOBRE EDITAL DO 5G

DÚVIDAS DO TCU A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) concluiu a entrega de todos os documentos e envio de respostas a perguntas feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do edital para o leilão da internet móvel de quinta geração (5G) – o maior leilão de frequências já realizado no País. O próximo passo agora seria a equipe técnica do TCU liberar o relatório para o ministro relator, Raimundo Carreiro.

R\$ 53 MI

é o prejuízo em cidades turísticas de Minas com redução em Furnas

Um é pouco, dois é bom, TRÊS É BAHIANA.



Bahiana. Pelo terceiro ano consecutivo, a **Melhor Empresa Para Trabalhar na Bahia.**



Pela terceira vez consecutiva, a Bahiana é a vencedora do Great Place To Work – Bahia, premiação concedida às empresas reconhecidas pelos próprios colaboradores como um bom lugar para trabalhar.

Isso mostra que, mesmo em um ano tão delicado, como foi 2020, a nossa política de colocar os colaboradores e colaboradoras em primeiro lugar, acolhendo as suas diferenças, demandas e necessidades, vem trazendo resultados gratificantes. Ser tricampeã do GPTW é um deles.

| | |
|---------------------------|--------------------------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Política / Raio Laser |
| Data: 28/06/2021 | Página: 02 |

Tribuna

Entregas

Hoje, o governador Rui Costa (PT) estará no município de Ibipeba, às 9h, para inaugurar nova pavimentação de rodovia, no trecho entre o Entroncamento da BA-148 e o povoado Aleixo. A obra, realizada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), teve investimento de aproximadamente R\$ 930 mil. Rui também vai assinar ordem de serviço

para implantação do sistema de abastecimento de água (rede de distribuição e ligações domiciliares) para atender as localidades de Alvino, Gergelim I e II, Muriçoca, Lagoa do Arroz, Zé Rufino, Remanga, Segredo e Quixaba. A obra será coordenada pela Embasa, empresa vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado (SIHS). O valor previsto é de R\$ 925 mil, proveniente de recursos próprios da Embasa.



Rui Costa

|

Tribuna

Presidente Jair Bolsonaro cria ‘pacote’ para beneficiar base eleitoral de PMs

VINICIUS VALFRÉ E FELIPE
FRAZÃO
ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro se volta a um segmento em que exerce forte influência para alavancar sua campanha à reeleição em 2022. Nos últimos dias, ele intensificou a troca de afagos com as polícias militares, em um movimento político que corrói a ascendência de governadores sobre as tropas e nutre planos de politizar as forças estaduais e de aumentar a presença delas no Congresso.

Isenção de IPI de automóveis, créditos imobiliários e promessa de uma nova lei orgânica da PM e da Polícia Civil para esvaziar o poder dos governadores sobre os contingentes estaduais. Bolsonaro busca garantir por todas as frentes o apoio dos policiais militares. No último dia 9, fora da agenda, Bolsonaro foi a um fórum com 44 entidades do setor que, entre outras atividades, buscou treinar agentes para a missão eleitoral. Além de mais um mandato para o presidente, o grupo pretende ao menos dobrar os 34 policiais e bombeiros militares eleitos em 2018 para cargos na Câ-

mara, Senado, assembleias e governos estaduais.

O sargento Leonel Lucas de Lima está à frente da entidade que promoveu o encontro. A Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares do Brasil (ANERMB) é o principal núcleo da rede de policiais em volta de Bolsonaro identificada pela reportagem.

“Para nós é uma honra estarmos aqui com o senhor dizendo que os policiais militares e os bombeiros militares, que fizeram a campanha do senhor, continuamos acreditando no seu trabalho”, disse Lucas no evento.

A ANERMB se consolidou como a maior entidade de militares estaduais. Em três anos, ganhou cerca de 50 mil filiados e alcançou 200 mil policiais e bombeiros inscritos. Só agora, no terceiro ano de mandato de Bolsonaro, o presidente a prestigiou pela primeira vez. “Nós militares, com nossas famílias, demos 18 milhões de votos ao presidente. Deixamos claro a ele que em cidades que ele nem sabe que existe teve votos por causa dos PMs”, frisou Lucas ao Estadão. “Está na

hora de a gente ser reconhecido pelo que fez”.

A relação de interlocutores com o setor inclui o deputado Victor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo na Câmara. Na mira de Bolsonaro por apoio estão nomes influentes da área que já deram demonstrações públicas de apreço, como o comandante-geral da PM do Distrito Federal, coronel Márcio Vasconcelos, e o comandante da Academia da PMDF, coronel William de Araújo. Na solenidade de formatura do curso de aperfeiçoamento de oficiais do Distrito Federal, no dia 2, Vasconcelos e Araújo encerraram seus discursos com o slogan eleitoral: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

O Estadão também mapeou cargos no Planalto e no governo ocupados por militares estaduais. Sargento egresso do Bope do Rio, Max Guilherme é um assessor especial que goza da confiança do presidente e prepara candidatura à Câmara.

Alvo da investigação sobre atos antidemocráticos, já usou as redes sociais para atacar o Supremo Tribunal Federal e parabenizar a PM do Rio pelo massacre no Jacarezinho.

Pequenos negócios morrem mais cedo no país

ANTÔNIO CLARET GUERRA-
REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL
-BELO HORIZONTE

O setor de microempreendedores individuais (MEI) é o que apresenta a maior taxa de mortalidade de negócios em até cinco anos, segundo pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

De acordo com a pesquisa Sobrevivência de Empresas (2020), realizada com base em dados da Receita Federal e com levantamento de campo, a taxa de mortalidade dessa área de negócios é de 29%. Já as microempresas têm taxa, após cinco anos, de 21,6% e as de pequeno porte, de 17%.

O presidente do Sebrae,

Carlos Melles, disse à Agência Brasil que a menor taxa de sobrevivência entre os pequenos negócios está relacionada à capacidade de gestão, à maior experiência e ao conhecimento do ramo. "Quando avaliamos a realidade da maioria dos MEI, a pesquisa mostra que, nesse segmento, há maior proporção de pessoas que estavam desempregadas antes de abrir o próprio negócio e que, por isso, não tiveram condições de se capacitar adequadamente e aprimorar a gestão". Somado a esse fato, a taxa de mortalidade na área de MEI também é influenciada pela maior facilidade de abrir e fechar esse tipo de empreendimento, quando comparado aos segmentos de microempresas e empresas de pequeno porte.

DIFICULDADES NA

Melles destacou as dificuldades adicionais que a pandemia trouxe nesse cenário desfavorável às MEI. "Entre os pequenos negócios, os microempreendedores individuais foram os que mais amargaram prejuízos no faturamento. Não temos dúvida de que a pandemia de covid-19 intensificou as dificuldades e impôs outros desafios. Quando observamos o aspecto da gestão financeira, por exemplo, a situação ficou ainda mais complexa. As finanças são um desafio para a maioria dos MEI e no cenário de incertezas da pandemia, isso se tornou um grande problema", afirmou.

De acordo com o Sebrae, quanto menor o porte da empresa, mais difícil obter crédito

para manter o capital de giro e conseguir superar obstáculos como os causados pela pandemia de covid-19. Mais de 40% dos entrevistados citaram como causa do encerramento da empresa a pandemia. Para 22%, a falta de capital de giro foi primordial para o fechamento do negócio. A pesquisa também detectou que 20% dos antigos empresários reclamaram do baixo volume de vendas e da falta de clientes.

Entre as empresas que encerraram as atividades, cerca de 34% dos entrevistados acreditam que ter acesso a crédito poderia ter evitado o fechamento. Ainda segundo o levantamento, apenas 7% desse grupo de empresas solicitaram crédito bancário e obtiveram êxito.

Tribuna

Multinacionais retomam investimentos

Nos últimos meses tem crescido o número de companhias estrangeiras com novos projetos

FILIPE SERRANO, O ESTADO DE S. PAULO

A melhora das perspectivas de crescimento da economia e o avanço da vacinação contra a covid-19, ainda que lento, já fazem empresas multinacionais retomarem os planos de investimento no Brasil, antes paralisados ou prejudicados por causa da pandemia. Nos últimos meses, tem crescido o número de companhias estrangeiras que anunciam novos projetos de expansão, aquisições ou aportes de capital no País.

O grupo português de distribuição e geração de energia EDP, por exemplo, anunciou recentemente um plano de investir R\$ 10 bilhões no Brasil nos próximos cinco anos. A montadora francesa Renault pretende aplicar R\$ 1,1 bilhão em sua linha de produção já neste ano e no próximo. A marca de alimentos e bens de consumo Nestlé, da Suíça, fará um investimento de R\$ 900 milhões em suas fábricas no País.

Já a norueguesa Equinor, do setor de petróleo e gás, revelou este mês que planeja investir US\$ 8 bilhões, ao lado de empresas parceiras em um consórcio de explora-



ção de petróleo, para iniciar a extração no campo de Bacalhau, na Bacia de Santos, que deve começar a operar em 2024. "Temos uma perspectiva de longo prazo. Até 2030, esperamos investir mais de US\$ 15 bilhões", diz Veronica Coelho, presidente da Equinor no País.

A retomada dos aportes estrangeiros é vista no indicador de investimentos diretos no País (IDP), divulgado pelo Banco Central (BC). Depois de despencar em 2020 para o menor nível em 10 anos, os investimentos voltaram a crescer. De janeiro a maio, a entrada de recursos de empresas

estrangeiras somou US\$ 22,5 bilhões, de acordo com os dados do BC. O valor é 30% maior do que no mesmo período do ano passado, quando o IDP acumulado foi de US\$ 17,3 bilhões. Mas a quantia está abaixo do nível de 2019, antes da pandemia, de US\$ 26,1 bilhões.

Em Iraquara, Rui entrega obras de abastecimento de água

O município de Iraquara, localizado na Chapada Diamantina, está recebendo investimentos da ordem de R\$ 47 milhões em Educação, Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, entre outras áreas. O governador Rui Costa visitou a região neste sábado (26), onde anunciou a licitação para a construção de uma nova Escola Estadual, no valor de aproximadamente R\$ 20 milhões, autorizou licitação para a ampliação da rede de esgotamento sanitário e para um novo sistema de abastecimento de água.

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Estado (SIHS) foi autorizada pelo governador para realizar as licitações para a implantação de um novo Sistema Integrado de Abastecimento de Água, em Iraporanga, no valor de R\$ 6 milhões, e para a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Iraquara (SIHS/EMBASA), no valor de R\$ 8,6 milhões. O governador também entregou obras concluídas de sistema de abastecimento de água nas localidades de Lapão (R\$ 522 mil), As Lagoas e Lagoa Cercada, (R\$ 342 mil), Vila Romão e Alto do Ouro (R\$ 300 mil).

"A água aqui da região é salobra, e nós vamos trazer água de um local mais distante. A licitação será publicada até o final da primeira quinzena de julho. Dentro do Programa Água para Todos, nós temos água e esgoto, e nós temos 8,6 milhões no sistema de esgotamento aqui, que será licitado na segunda quinzena de julho. Uma cidade com manancial de água subterrânea e cavernas precisa servir de referência para a

atração de turismo. Vamos colocar Iraquara no patamar de cidades com esgotamento feito".

ESCOLA

Segundo o governador, a ideia inicial era fazer uma requalificação na escola estadual de Iraquara, mas o Governo do Estado decidiu construir uma nova escola, no padrão das que estão sendo construídas em vários municípios. "Até o final do ano nós teremos em execução um total de R\$ 1 bilhão em educação na Bahia, com muitas requalificações, ampliações e escolas novas". Rui afirmou, ainda, que a nova escola será construída no terreno da antiga Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), com 24 salas de aula, seis laboratórios, piscina semi-olímpica, campo de futebol society, entre outros equipamentos.

Toda essa estrutura, de acordo com Rui Costa, é para a implantação da Escola de Tempo Integral no município de Iraquara. "Dois estados nordestinos avançaram bastante nos indicadores educacionais: Pernambuco e Ceará, ambos com a implantação da Escola em Tempo Integral. Em uma população de baixa renda, com pais que não tiveram a oportunidade de estudar, as crianças não têm essa referência e começam a ficar defasadas. Com a escola em tempo integral, com equipamentos de esporte, lazer e também com a profissionalização, nós vamos mudar esse cenário na Bahia".

Segundo o secretário estadual da Educação, Jerônimo Rodrigues, Iraquara irá receber outro investimento em educação.

| | |
|---------------------------|--------------------------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Política / Raio Laser |
| Data: 26 e27/06/2021 | Página: 02 |

Tribuna

Reforma tributária

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei da segunda etapa da reforma tributária, que faz alterações na legislação do Imposto de Renda. A mensagem confirmando o envio do PL foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União que circulou na tarde desta sexta-feira. Pela manhã, uma cerimônia marcou a entrega formal da proposta ao Congresso. O projeto prevê a ampliação do limite de isenção de pessoas físicas de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, reduz a tributação sobre empresas e taxa lucros e dividendos.

Tribuna

Reforma vai tributar rendimentos de capital

PEDRO PEDUZZI
AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, em Brasília, que a reforma tributária planejada pelo governo vai tributar os rendimentos de capital e dividendos para reduzir os impostos que incidem sobre os assalariados. Durante audiência na Comissão Temporária da Covid-19 do Senado, ele afirmou que o atual sistema tributário é "perverso" e foi construído buscando caminhos "mais fáceis", em vez de mais justos para a arrecadação. O mercado reagiu negativamente. O índice perdeu os 129 mil pontos, sem conseguir reunir forças - e ações com altas suficientes - para seguir em busca dos 130 mil pontos e de novas máximas históricas. O clima negativo da bolsa brasileira prevalece enquanto investidores repercutem a tributação de dividendos em 20% e isenção para até R\$ 20 mil recebidos por mês.

Antes de participar da audiência, o ministro entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a proposta da segunda fase da reforma tributária, prevendo que a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) subirá dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil.

"Estamos fazendo a reforma tributária onde vamos reduzir os impostos dos assalariados. Estamos tributando rendimentos de capital porque o Brasil é um país de renda média baixa, e os impostos estavam concentrados em cima dos assalariados, em vez de tributarmos quem vive de dividendos, que são os rendimentos do capital", explicou o ministro.



PAULO GUEDES disse ontem que a reforma tributária vai tributar os rendimentos de capital e dividendos para reduzir os impostos que incidem sobre os assalariados

Ele disse que "há uma perversão em nosso sistema tributário, que é muito complexo e foi dirigido por uma matriz de facilidades de arrecadação da receita, por um lado, e, por outro, por interesses corporativos".

"Quanto à tributação sobre rendimento de capital, é uma necessidade. Os maiores países do mundo tributam o rendimento de capital e os dividendos. É o caso dos Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo. Não tem nada de errado com isso. Estamos eliminando uma perversidade do sistema, porque hoje a gente tributa o trabalhador assalariado porque é fácil", argumentou.

"Da mesma forma, a gente tributa combustível e eletricidade, porque também é fácil tributar. Só que isso sobe por toda a cadeia produtiva e acaba encarecendo tudo para a população brasileira. Então, a lógica tem de ser favorecer a população e o

trabalhador brasileiro. A lógica não pode ser baseada em onde é que é fácil arrecadar e que interesses se pode favorecer com isenções. Se o Brasil crescer mais rápido, tributando dividendos, não tem problema porque os mercados já sabem que vem a tributação sobre dividendos, com uma alíquota de 20%", acrescentou.

O ministro da Economia ponderou que o governo terá um cuidado especial para que a tributação de dividendos não prejudique os profissionais autônomos que recebem dividendos por meio da pejetização - situação na qual a relação de emprego é substituída pela prestação de serviços via pessoas jurídicas (PJ). "Estamos atentos para proteger essas pessoas. O inadmissível é que, em grandes empresas, bilionários paguem 0% sobre dividendos".

A expectativa apresentada por Paulo Guedes é a de, no futuro, a Receita fazer uso

de tecnologias que possibilitam unificar diferentes fontes de renda. É o caso de contribuintes que, conforme exemplo apresentado pelo ministro, têm seus rendimentos obtidos um pouco com aluguéis de imóveis, um pouco com bolsa de valores, um pouco com dividendos.

"Dessa forma vamos unificar tudo e entrar no progressivo. A reforma é uma abertura de porta nessa direção. Estamos sinalizando que as empresas vão pagar menos. As pessoas físicas que vivem de rendimento de capital, ou seja, quem realmente é rico no país ou é classe média alta, tem de começar a pagar. E estamos desonerando os assalariados que ganham R\$ 1 mil, R\$ 9 mil e já estão pagando imposto, enquanto quem é bilionário paga zero nos dividendos. Isso é um absurdo. Estamos sinalizando que a música vai mudar e iremos agora em outra direção", finalizou o ministro.

Tribuna

Contas básicas pesam no bolso dos nordestinos

Com a queda na renda e aumento das despesas, tarifas de água e luz tomam boa parte do orçamento

LILY MENEZES
REPORTER

Quando chega o início ou final do mês e o dinheiro está curto, atire a primeira pedra quem nunca decidiu por qual conta começar os pagamentos. Durante a pandemia, esse tipo de escolha ficou ainda mais presente por conta do descompasso entre renda e despesas: 38% dos brasileiros relatam ter perdido a renda nos últimos meses, segundo a pesquisa O Bolso dos Brasileiros, feita pela Serasa Experian em parceria com a Opinião Box, ouvindo 2.059 cidadãos entre os dias 11 e 22 de fevereiro deste ano. Enquanto isso, os gastos em meio à crise sanitária aumentaram mais de 50%, especialmente com água e luz, a última com aumentos sucessivos por conta da grave crise hídrica atravessada pelo Brasil.

Em todo o país, são 62,56 milhões de inadimplentes por algum motivo, segundo a Serasa, e as contas de consumo representam 22,3% dos endividamentos, totalizando 37 milhões de dívidas. No Nordeste, a situação é mais grave: as despesas básicas são a segunda maior razão para os cidadãos ficarem no vermelho, com 25,4% das contas por pagar. Esse tipo de dívida perde apenas para os bancos e cartões de crédito. Ainda segundo o estudo, uma em quatro pessoas sentiu diferença



Foto- Romildo de Jesus

DESPESA

Os sucessivos aumentos na conta de luz foi provocado pela crise hídrica

na sua renda durante a emergência de saúde, de modo que nem todos os boletos são pagos ao mesmo tempo; assim, despesas como água e luz são priorizadas por serem essenciais à sobrevivência, enquanto outras contas, como cartões de crédito e empréstimos vão ficando para segundo plano.

Nesse momento complicado, a melhor saída é a organização, a fim de evitar restrições na praça e o consequente

estresse provocado pelo próprio endividamento. "Em um momento de aumento no valor de contas básicas, organização financeira é a principal dica para evitar complicações. As contas essenciais, como água, energia e gás devem ser priorizadas no orçamento mensal e, por isso, é importante ter claro o quanto do seu planejamento financeiro está comprometido com isso, para evitar o endividamento, que está bem alto no setor", recomenda Nathalia Dirani,

gerente de marketing da Serasa. Se a dívida já existe e virou uma bola de neve, a saída é renegociar com a empresa credora; é possível encontrar descontos atrativos e parcelar de acordo com as possibilidades do cidadão naquele momento.

"No Serasa Limpa Nome, por exemplo, os acordos são fechados em menos de 3 minutos e nós já possibilitamos mais de 10 milhões de negócios desde janeiro", diz a especialista.

Prévia da inflação na RMS acelera para 1,14%

Segundo o IBGE, índice do mês de junho foi puxado pelo aumento nos preços da gasolina e da energia elétrica

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Conseguir sobreviver com a forte alta dos preços, especialmente em tempos de pandemia no qual os recursos são escassos, não é fácil. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), conhecido como prévia da inflação, do mês de junho é uma prova disso. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-15 da Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi de 1,14% em junho, o mais alto para um mês desde o início da série histórica regional para o indicador, no ano 2000. Ficou acima, inclusive, do índice nacional (0,83%) e abaixo apenas do registrado na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS (1,18%). De acordo com o IBGE, a aceleração é derivada das

altas nos preços da gasolina (8,29%) e da energia elétrica (5,91). No acumulado no primeiro semestre de 2021, o IPCA-15 da RMS está em 4,08%, maior prévia da inflação para um primeiro semestre em cinco anos.

Conforme o IBGE, que divulgou o resultado para o mês ontem (25), o aumento no preço da gasolina foi impulsionado pelo setor de transporte que teve uma alta de 3,33% na Região Metropolitana de Salvador (esse número é mais alto que a média nacional que ficou em 1,35%). Já o aumento da energia elétrica se deu, sobretudo, devido à mudança na bandeira tarifária, de vermelha patamar 1 (R\$ 4,169 a mais para cada 100 kWh consumidos) para vermelha patamar 2 (R\$ 6,243 a mais). Isso ocorreu em razão da crise hídrica, que tem exigido o acionamento das termoelétricas,

de energia mais cara.

Para o economista Edval Landulfo, que é conselheiro do Conselho Regional de Economia (Corecon-BA), a prévia do mês de junho, que acelerou fortemente em relação ao verificado em maio (quando havia sido de 0,37%), surpreendeu e vai ser sentido logo na conta dos baianos. Para ele, a inflação real será muito próxima da estimativa do IBGE. "Vamos ter um valor real muito próximo dessa prévia. E isso vai impactar bastante na conta dos baianos. Quando vem um aumento assim no valor da gasolina e da energia ele é sentido logo, principalmente nas famílias mais carentes e naquelas pessoas que trabalham com transporte, como Uber e taxi", pontuou ele que disse que enquanto não voltar a normalidade dificilmente teremos um

índice inflacionário a comemorar.

De acordo com o IBGE, os principais grupos que puxaram a inflação da RMS, além da gasolina, transporte e da energia elétrica foram: habitação (2,11%); artigos de residência (1,35); alimentos e bebidas (0,58); despesas pessoais (0,41); comunicação (0,16); educação (0,13) e vestuário (0,11). Com relação aos alimentos alguns produtos chegaram a ter importantes deflações, caso da cebola (-10,99%); da batata-inglesa (-9,77%); e do arroz (-2,74%). Por outro lado, as altas das carnes em geral (1,47%) e das aves e ovos (3,31%), entre outras, seguiram pressionando o custo de vida para cima. No geral, dos nove grupos de produtos e serviços medidos pelo IPCA-15, apenas o grupo saúde e cuidados pessoais (-0,13%) teve deflação,



COMBUSTÍVEL

Alta na gasolina foi impulsionada pelos transportes

puxado por reduções em medicamentos como aqueles contra pressão e

colesterol altos (-2,34%) e analgésicos e antitérmicos (-2,71%).

VIVO-D70X
Acesso à li

Foto: Reginaldo Ipê

| | |
|--------------------------|--|
| Veículo: Bahia Econômica | |
| Data: 27/06/2021 | |



SENADO DEBATE AMANHÃ FORMAÇÃO DE PREÇOS E POLÍTICA DE REAJUSTES DE COMBUSTÍVEIS



27 Junho, 2021

O Senado realiza na segunda-feira (28) audiência pública interativa para debater a formação dos preços dos combustíveis, política de reajustes, impactos na economia e no custo de vida e a atuação dos cartéis. O debate, com início às 14h30, é promovido pela Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC). O debate contará com a participação do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Henrique de Saboia, e representantes da Petrobras, do Ministério da Economia, Ministério de Minas e Energia, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

A audiência pública pretende debater a formação dos preços dos combustíveis fornecidos pela Petrobras ao mercado nacional, além da política de reajustes dos combustíveis adotada e implementada pela empresa nos últimos anos, sobretudo em relação à gasolina, ao diesel, ao gás de cozinha (GLP) e ao etanol, bem como seus impactos na economia e no custo de vida dos brasileiros. E também a ação dos cartéis de combustíveis em todo o Brasil, além da atuação das autoridades responsáveis por coibir tal prática criminosa e deletéria aos consumidores.

A iniciativa é do senador Reguffe (Podemos-DF), que preside a CTFC. Em seu requerimento, o senador observa que o preço dos combustíveis no Brasil e a política de reajustes adotada pela Petrobras tem despertado inúmeros debates e reações na sociedade, pois o preço da gasolina, do diesel, do gás de cozinha (GLP) e do etanol tem grande impacto na economia real e na vida das pessoas, além de ser importante componente das cestas de preços que integram os índices de inflação como o IPCA.

Em 8 de março, destaca Reguffe, a Petrobras anunciou alta de 8,8% no preço da gasolina, o sexto aumento em 2021. Com isso, a gasolina acumula alta de 54,3% somente neste ano, não sendo raro encontrar o litro do combustível sendo vendido a R\$ 6. A quinta elevação do preço do diesel, de 5,5%, foi aplicado no início de março, acarretando aumento de 41,5% apenas neste ano. O preço do gás de cozinha (GLP), por sua vez, já foi reajustado duas vezes apenas em 2021, observa o senador. Além da disparada de preço nos combustíveis oriundos do petróleo,

Reguffe aponta uma escalada dos preços do etanol, que não guardaria qualquer relação com a variação do preço do barril do petróleo, o que torna o debate “imperioso e urgente”.

“Há um outro elo da cadeia de combustíveis que também não pode ficar de fora desse debate, como os postos de combustíveis. São constantes as denúncias de cartéis de postos de combustíveis em inúmeras cidades dos mais diversos estados e do Distrito Federal, com impactos sérios na qualidade, segurança e no preço dos combustíveis vendidos ao consumidor final, devendo, portanto, esse tema ser enfrentado e aprofundado pela comissão”, conclui Reguffe.

Com informações da Agência Senado

Foto: Divulgação/ Sindicombustíveis

| | |
|--------------------------|--|
| Veículo: Bahia Econômica | |
| Data: 26/06/2021 | |



REFORMA TRIBUTÁRIA FOI MAL DESENHADA, E EFEITO SERÁ CRESCIMENTO MENOR, DIZ APPY



26 Junho, 2021

Em entrevista na noite desta sexta-feira (25) à CNN, o economista Bernard Appy, autor de uma das propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, criticou o plano que o Executivo entregou hoje aos parlamentares. Segundo ele, apesar de ter aspectos positivos, a proposta do governo não está bem equilibrada por vários motivos. “A tributação na distribuição de dividendos, em princípio, é boa, porque corrige distorções distributivas, já que o Brasil não tributava a distribuição de dividendos antes. Por outro lado, tem erros de desenho e de calibragem”, disse em entrevista no Jornal da CNN, nesta sexta-feira (25).

“Os erros de calibragem vão fazer com que os impostos incidentes praticamente em todas as grandes empresas no Brasil, chegando no acionista, sejam muito elevados. A grande maioria vai pagar bem mais imposto do que paga hoje, o que pode reduzir a atratividade de investimento no Brasil. O efeito é que o país vai crescer menos, porque erraram na calibragem”, diz. Até aqui, reforma tributária parece aumentar a carga, dizem especialistas

O governo, encabeçado pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, trouxe a público nesta sexta-feira a segunda parte de seu projeto de reforma tributária. Entre as principais alterações, estão inclusos a taxação em 20% dos dividendos (hoje isentos), o fim dos juros sobre capital próprio (que são uma forma de distribuição de lucros) e uma redução no IR das empresas (da base de 15% para 10%, gradualmente).

Essa porcentagem, porém, é um erro de calibragem e pode prejudicar tanto as empresas como pequenos investidores, de acordo com o economista. “Uma boa reforma deveria corrigir distorções, e essa reforma, em alguns casos, aumentou distorções”, diz. “Um exemplo disso é essa ideia de que os lucros distribuídos vão ser isentos até R\$ 20 mil por mês para empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. O que vai acontecer? Primeiro, para um prestador de serviço que é sócio de uma empresa com lucro presumido nessa faixa vai pagar menos do que ele paga hoje. Ele paga 9,5% e vai pagar, 7,5% sobre o lucro dele, mas vai continuar isento na pessoa física. Já um trabalhador formal, que ganha R\$ 2 mil de distribuição de dividendos, paga 22%. Essa distorção está aumentando com a reforma tributária”, diz.

O economista dá outro exemplo: “Vamos supor que um pequeno investidor, com R\$ 5 mil de salário, ganha mais R\$ 2 mil com distribuição de dividendos. Esses dividendos vão ser tributados em 29% na empresa e em 20% na distribuição, cuja soma dá 43%. De outro lado, tem um prestador de serviço, pessoa jurídica que paga 7,5% e tem R\$ 20 mil de renda por mês”.

Carga tributária maior

Uma das promessas de Guedes a respeito da reforma tributária é não aumentar a carga, mas o plano pode não dar certo, segundo Appy. “No longo prazo, não dá para saber se a carga aumenta, porque as empresas reagem às mudanças do sistema tributário para reduzir o que elas vão pagar de imposto. Se não houvesse reação, provavelmente teria aumento. Agora, no ano que vem, aposto em aumento de carga”, diz.

A aposta do economista é baseada no pagamento de 5% sobre a valorização de um imóvel de uma pessoa física, caso o contribuinte venda a propriedade ou transfira a posse. “Isso vai dar um aumento grande de arrecadação. Agora, precisa tomar cuidado, não pode tomar medida de redução de carga no longo prazo, porque tem aumento temporário de carga no ano que vem”, diz.

Novas regras para IR

Além das mudanças na tributação de lucros das empresas, o texto entregue hoje pelo governo propõe que a faixa de isenção do Imposto de Renda passe de R\$ 1.903,98 para até R\$ 2.500. Também foram unificadas as alíquotas cobradas de investimentos de renda fixa como Tesouro Direto e CDB (que hoje variam conforme o prazo) e retirada a isenção de outros, como os rendimentos mensais pagos pelos fundos imobiliários (FIIs).

Foto: Reprodução / CNN

| | |
|-----------------------|-------------------|
| Veículo: Bahia.ba | |
| Data: 26 a 28.06.2021 | Caderno: Economia |

Publicado em 28/06/2021 às 08h22.

Fábio Vilas-Boas comemora menor taxa de ocupação em leitos de UTI na BA

Estado também registrou o menor número de pessoas aguardando por UTI

O Estado da Bahia atingiu, no último domingo (27), o menor índice de ocupação em leitos de UTI (75%). O secretário de saúde Fábio Vilas-Boas, comemorou a conquista através das redes sociais.

“Boas notícias! Atingimos hoje a mais baixa taxa de ocupação de leitos de UTI dos últimos meses, além do mais baixo número de pessoas esperando UTI”, escreveu. O secretário reforçou que os números ainda são elevados, mas já ajudará a prever um esperado aumento de casos pós festejos juninos.

A Bahia registrou também o menor número de pessoas aguardando por UTI. Ontem (27) 26 pessoas esperavam regulação para leitos em UTI e enfermaria adulto Covid-19 no estado. O número caiu quase pela metade de um dia para o outro – no sábado (26) eram 46.

Vacinação

Na Bahia, até o último domingo (27), cerca de 4 milhões e 720 mil pessoas já foram vacinadas contra o coronavírus com a primeira dose. Mais de 1 milhão e 790 mil pessoas já receberam as duas doses do imunizante, além disso, mais de 32 mil pessoas receberam a vacina de dose única.

Os dados são do boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) no último domingo (27).

| | |
|------------------|----------|
| Veículo: G1 | Caderno: |
| Data: 26/06/2021 | |



Selic em alta: para onde vai a taxa de juros e qual o impacto na economia?

Com a escalada da inflação e a sinalização do Banco Central de mais aumentos da Selic, política monetária deixará de ter o papel de estimular a atividade econômica.

Por Luiz Guilherme Gerbelli, G1

26/06/2021 09h00 Atualizado há 2 dias



Banco Central — Foto: Reprodução/JN

A economia brasileira vai perder um importante motor de ajuda ao seu crescimento. Com a escalada da inflação e a sinalização do **Banco Central** de que novos aumentos da taxa básica de juros (Selic) devem ocorrer, a política monetária deixará de ter um papel no estímulo à atividade econômica.

No cenário dos economistas, uma das explicações para a redução no ritmo de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) deste para o próximo ano vem justamente do aumento da Selic.

No relatório Focus, do Banco Central, que colhe a estimativa dos analistas semanalmente, os economistas consultados **estimam que a taxa básica de juros deve encerrar este ano em 6,5%**, acima dos atuais 4,25%, e vai permanecer neste patamar ao longo de 2022. Já as projeções para o PIB estão em 5% e 2,1%, respectivamente. Portanto, trata-se de uma boa desaceleração de um ano para o outro.

"O aumento da taxa de juros vai tendo um efeito gradual sobre a atividade econômica, principalmente no mercado de crédito", afirma Cristiano Oliveira, economista-chefe do banco Fibra.

Juros baixos contribuem para um crédito mais barato, favorecendo, por exemplo, a tomada de recursos para o investimento das empresas e para o consumo das famílias.

Quando a inflação aumenta, como é o cenário atual, o BC utiliza a política monetária – sobe a Selic – para encarecer o custo do crédito e, assim, 'esfriar' a economia e, conseqüentemente, controlar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**) - **no acumulado de 12 meses até maio, a alta é de 8,06%**.



Taxa Selic: entenda o que é a taxa básica de juros da economia brasileira

Fim do juro neutro

A política monetária deixa de contribuir com a atividade econômica quando o país alcança o chamado juro neutro – aquele que não estimula nem contrai a economia. Esse número varia entre os cálculos dos analistas, mas há um consenso de que essa taxa está próxima do patamar de 6,5%.

"Na nossa conta, se o Banco Central elevar a taxa de juros para 6,5%, ela vai para o patamar que a gente considera de taxa neutra. E o que isso significa? A política monetária não vai estimular nem contrair a atividade", afirma Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), **a Selic subiu de 3,5% para 4,25%**, e o BC já indicou que esse aperto monetário vai seguir diante de um quadro inflacionário persistente.

O tom mais duro do Banco Central já tem a ver com a inflação do próximo ano. A preocupação é que as expectativas de 2022 desancorem – a previsão para o IPCA é de 3,78%, segundo o Focus. Para 2021, o Banco

Central já admitiu que a inflação deve estourar o teto da meta do governo. O IPCA, segundo projeção do BC, **deve encerrar este ano em 5,8% - o teto é de 5,25%**.

Na quinta-feira, o próprio presidente do BC, Roberto Campos Neto, reconheceu que a taxa básica de juros terá de subir num nível acima do esperado pelo Focus para o cumprimento da meta de inflação de 2022, que é de 3,5%.

"Quando o Banco Central mostra um compromisso muito forte com a inflação, ele leva as expectativas de agentes econômicos, mercado financeiro, analistas e famílias para um patamar mais baixo", diz Lucas Vilela, economista do banco Credit Suisse. "E esse canal (de expectativa) tem se mostrado muito relevante nos últimos anos. É um bom mecanismo de ferramenta monetária que o BC vem adotando."

O Credit Suisse projeta que a Selic deve chegar a 7,25% neste ano e permanecerá neste patamar ao longo de 2022.

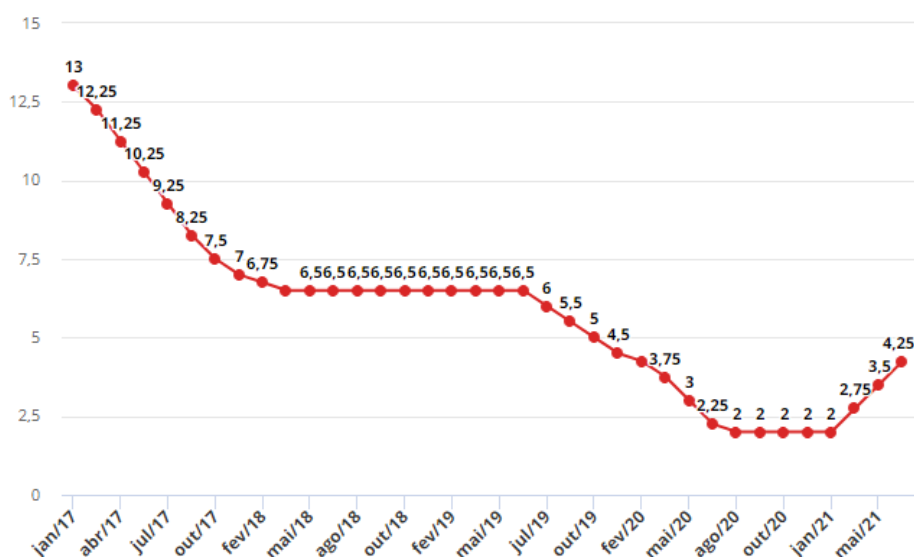
Selic foi para a mínima recorde

Com a súbita desaceleração da economia provocada pela pandemia do coronavírus no ano passado, bancos centrais de todo o mundo reduziram os juros na tentativa de trazer um fôlego adicional para a economia.

No Brasil, a Selic ficou em apenas 2% ao ano entre agosto de 2020 e março de 2021, no menor nível da história.

A evolução da taxa Selic

Desde 2017, em % ao ano



Fonte: Banco Central

Mas, ao longo deste ano, a inflação surpreendeu e começou a se mostrar mais resiliente do que o previsto inicialmente, o que obrigou o BC a retomar a alta dos juros.

Foram vários os fatores que contribuíram para a alta da inflação:

- A **economia global se recuperou mais rápido do que o esperado**, o que contribuiu para a alta dos preços das commodities;
- A pandemia **desorganizou a cadeia global de produção e logística**, e insumos e bens intermediários para a indústria também subiram de preço;
- No Brasil, além dos juros baixos, a **incerteza com o rumo das contas públicas** pressionou a taxa de câmbio, contribuindo para uma inflação mais alta. **"O Banco Central reagiu ao aumento da inflação. Inicialmente falou em normalização parcial e, agora, fala numa normalização completa da taxa de juros. A pergunta que se faz é: será que essa normalização vai ser só completa ou, em algum momento, a gente vai para um terreno contracionista?"**, questiona Oliveira. **"Eu acho que fatalmente no ano que vem a gente vai acabar indo para um terreno contracionista."**

Ao fim de 2022, o banco Fibra projeta a Selic em 7,5% ao ano.

Riscos adiante

Em 2022, alguns riscos no cenário podem obrigar o BC a ser ainda mais duro com a política monetária.

O principal deles é tem a ver com o comportamento do Federal Reserve (**Fed**). Se o banco central dos Estados Unidos subir os juros para também controlar a inflação por lá, pode haver uma saída de recursos do Brasil para a economia norte-americana, o que provocaria uma nova desvalorização do cambial, com impactos na inflação, obrigando o BC a elevar ainda mais os juros.

Hoje, a expectativa é que o Fed só suba os juros em 2023.

"Se a gente acordar em 2023 e esse cenário tiver se materializado, não haverá grandes atribulações", afirma Marcelo Fonseca, economista-chefe do Opportunity Total. "Mas há uma ansiedade do mercado porque, quando a gente olha o cenário de atividade e inflação para os Estados Unidos, os riscos estão claramente para cima. É bastante factível que a economia norte-americana passe por um processo de sobreaquecimento"

- **Powell vê 'melhora sustentada' na economia dos EUA e aumento notável na inflação**

Um segundo risco vem da eleição presidencial do próximo ano. Os investidores vão olhar, sobretudo, quais serão as propostas dos candidatos para a área fiscal do país a partir de 2023.

- **Lula tem 49% e venceria no 1º turno, diz Ipec; Bolsonaro, 23%, Ciro, 7%, Doria, 5% e Mandetta, 3%**

"Talvez, o Fed tenha de ser mais rápido no processo de ajuste da política monetária. Então, isso acabaria causando uma mudança nos preços de ativos. E os efeitos para o Brasil poderia mais fortes porque estaremos num período muito tenso, que é o período pré-eleitoral", diz Alessandra.

| | |
|------------------|----------|
| Veículo: G1 | Caderno: |
| Data: 25/06/2021 | |



Governo propõe alíquota única de 15% para aplicações em renda fixa e variável

Atualmente, alíquota para renda variável é de 15% ou 20%, de acordo com a aplicação. Para renda fixa, varia entre 15% e 22,5%.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

25/06/2021 12h16 Atualizado há 2 dias

O **Ministério da Economia** propôs nesta sexta-feira (25) a unificação em 15% da alíquota do Imposto de Renda para renda fixa, como Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Tesouro Direto, e para renda variável, como mercado acionário à vista e "day trade" (operações liquidadas no mesmo dia).

Atualmente, a alíquota do Imposto de Renda para renda variável é de 15% em mercados à vista, a termo, de opções e de futuros, e de 20% em "day trade" e em cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII).

Para renda fixa, como CDBs e Tesouro Direto, a alíquota atual varia de 15% a 22,5% de acordo com o prazo de investimento, sendo que a alíquota mais baixa (15%) só vale para prazos acima de 720 dias.

O projeto também propõe que a compensação de resultados negativos, que atualmente é limitada entre operações de mesma alíquota, ocorra entre todas as operações, inclusive day-trade e cotas de fundos negociadas em bolsa. A proposta também visa aumentar o prazo da apuração de mensal para trimestral.

"O potencial de investimento na bolsa de valores é enorme. A simplificação facilita o acesso ao mercado e traz segurança para que mais brasileiros possam investir", informou a Receita Federal.

As medida faz parte da **segunda etapa da reforma tributária** (veja mais *abaixo*). A primeira etapa foi encaminhada no ano passado, com a **unificação do PIS e da Cofins** (proposta ainda está sendo analisada pelo Congresso).

Fundos abertos e fechados

Para os fundos de investimento abertos, a proposta do governo também é uma alíquota única de 15%, acabando com o de 22,5% a 15% em função da duração da aplicação (mesma regra dos investimentos em renda fixa). A proposta também acaba com o chamado "come-cotas" dos fundos abertos, e estipula que os rendimentos produzidos até 31 de dezembro de 2021 serão tributados pela alíquota vigente nesta data.

No caso dos fundos fechados (multimercados), cuja tributação varia atualmente de 15% a 22,5% na distribuição dos rendimentos, na alienação, amortização ou resgate de cotas, a proposta contempla uma alíquota única de também 15% e fim do "come-cotas".

Além disso, o governo também está propondo que os chamados fundos exclusivos, que a Receita Federal avalia que são utilizados por pessoas com mais recursos, passam a pagar IR como as demais aplicações.



VÍDEO: Guedes entrega 2ª etapa de proposta de reforma tributária ao Congresso

Reforma tributária

A medida faz parte da segunda etapa da reforma tributária, que engloba mudanças no Imposto de Renda.

Além da proposta para alíquota única de 15% para aplicações em renda fixa e variável, a área econômica também propôs:

- a **ampliação da faixa de isenção das pessoas físicas;**
- redução da **tributação incidente sobre as empresas;**
- taxação de **lucros e dividendos;**
- fim dos **juros sobre capital próprio;**
- **Redução da alíquota do IR sobre ganho de capital;**

O secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, informou que as medidas propostas no âmbito da reforma do Imposto de Renda são

neutras, ou seja, que haverá manutenção da carga tributária. “No agregado e total, a carga se manter no patamar atual”, disse ele.

De acordo com o governo, haverá perda de arrecadação com a atualização da tabela das pessoas físicas e com a redução do IR das empresas, ao mesmo tempo em que o governo arrecadará mais com a tributação de lucros e dividendos e o fim dos juros sobre capital próprio.

STF forma maioria para limitar poder de comissão de apurar verba a estados

Após barrar convocação de governadores, ministros voltam a esvaziar foco governista na CPI

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta sexta (25) para proibir a CPI da Covid de investigar a aplicação de verba federal nos estados, esvaziando ainda mais as pretensões de senadores governistas.

No dia anterior, a maioria dos ministros já havia votado também para estabelecer que a CPI não pode convocar governadores para depor.

O julgamento ocorre no plenário virtual e os dez ministros que votaram até a conclusão desta edição se posicionaram para vetar a convocação de gestores estaduais a prestar depoimento.

Seis deles, porém, foram além do pedido feito por 19 governadores na ação protocolada no Supremo e também resolveram limitar os poderes de investigação da CPI em relação aos estados.

Edson Fachin, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Luiz Fux acompanharam a relatora, Rosa Weber, para afirmar que a competência para analisar o uso de verbas federais repassa das a estados e exclusiva do TCU (Tribunal de Contas da União).

Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes e Marco Aurélio votaram para autorizar a comissão parlamentar de inquérito em curso no Senado a investigar

“Os governadores prestam contas perante a Assembleia Legislativa local (contas de governo ou de gestão estadual) ou perante o Tribunal de Contas da União (recursos federais), jamais perante o Congresso Nacional

Rosa Weber
ministra do STF



A ministra Rosa Weber em sessão do STF no mês passado. Felipe Sampaio - 27.mai.21/Divulgação STF

a aplicação desses recursos. Ainda faltava a posição do ministro Kassio Nunes Marques, que tinha até 23h59 desta sexta-feira para incluir seu voto no sistema da corte.

A decisão dele, porém, não altera o resultado do julgamento, uma vez que 10 dos 11 ministros já proibiram a convocação de governadores, sendo que seis deles também limitaram o alcance dos poderes de investigação da CPI. Prevaleceu a posição de Ro-

sa de que “a competência para julgar as contas dos governadores em relação a verbas repassadas pela União cabe ao Tribunal de Contas da União e não ao Congresso Nacional”. Segundo ela, a investigação de gestores estaduais por uma CPI federal não é compatível com a Constituição.

“Os governadores de estado prestam contas perante a Assembleia Legislativa local (contas de governo ou de gestão estadual) ou perante o

Tribunal de Contas da União (recursos federais), jamais perante o Congresso”, afirmou. Rosa disse que os senadores foram além de seus poderes ao aprovarem a convocação de gestores estaduais.

“A amplitude do poder investigativo das CPIs do Senado e da Câmara dos Deputados coincide com a extensão das atribuições do Congresso, caracterizando excesso de poder a ampliação das investigações parlamentares

para atingir a esfera de competências dos estados-membros ou as atribuições exclusivas do TCU”, disse.

Os cinco ministros que a seguiram não incluíram seus votos no sistema e se limitaram a acompanhar o voto de Rosa.

Os outros quatro, porém, publicaram votos por escrito. Moraes afirmou que a competência do TCU para julgar contas sobre recursos públicos “não exclui a ampla possibilidade de a CPI tratar de fa-

tos relacionados à utilização desses mesmos recursos, respeitado, entretanto, o princípio federativo”.

Barroso afirmou que “a fundamentação adotada impõe limitação ao objeto da CPI da Pandemia de forma desacomodada com os pedidos formulados na ação” e que, por isso, não iria aderir a essa corrente. O resultado do julgamento representa uma derrota para o governo de Jair Bolsonaro, que apostava no depoimento e na investigação de governadores para dividir o desgaste pelos trabalhos da CPI com as gestões estaduais.

O STF, porém, resolveu esvaziar metade da CPI, criada por ordem do próprio tribunal e tinha dois focos: gestão do governo federal no combate da pandemia e o uso de verbas repassadas aos estados.

Agora, a comissão deve retomar uma agenda focada em depoimentos e apurações de pessoas ligadas ao governo Bolsonaro.

A convocação dos governadores ocorreu após muita negociação entre senadores aliados do Planalto e opositoristas. No fim de maio, a CPI acabou aprovando a convocação de todos os gestores que tiveram seus governos atingidos, de alguma forma, por operações da Polícia Federal — Wilson Lima (PSC-AM), Helder Barbalho (MDB-PA), Ibaneis Rocha (MDB-DF), Mauro Carlesse (PSL-TO), Carlos Moisés (PSL-SC), Waldez Góes (PDT-AP), Wellington Dias (PT-PI) e Marcos Rocha (PSL-RO).

A cúpula da CPI, que não tem maioria governista, acabou cedendo nas negociações justamente por apostar que o Supremo barraria a convocação. A aposta deu certo, uma vez que, agora, nenhum governador precisará comparecer à comissão.

BREVE LANÇAMENTO - SAÚDE

HARMONIE

ARQUITETURA . NATUREZA . BEM-ESTAR

UM PROJETO QUE REÚNE ATRIBUTOS ÚNICOS QUE RESSIGNIFICAM A QUALIDADE DE VIDA, PROPORCIONANDO EQUILÍBRIO E AS MELHORES PERCEPÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS PARA ESTAR EM FAMÍLIA.

1, 2 e 3 dorms.
34, 79 e 123 m²
2 vagas demarcadas*

11 94308.6011
11 3181.6082
TARJAB.COM.BR

Rua dos Alcatrazes, 62 - Saúde 📍 A 400 M DO METRÔ

Futura Realização, Incorporação e Intermediação.
Tarjab
CUIDAMOS DO SEU LUGAR DE VIVER

Projeto em aprovação/licitação no PRPPF e está sujeito a alterações. O planejamento do projeto comercializado está a Registro do Memorial de Incorporação no Cartório de Registro de Imóveis sob o termo da Lei nº 4.591/04. Futura Comercialização: Tarjab Imóveis Ltda. - CNEC: J. 27875. Tarjab Incorporadora Ltda. - Rua Paranaíba, 79 - São Paulo/SP - (11) 5091-8000. *Somente para as unidades de 2 e 3 dormitórios.

Óvnis existem, e daí?

Relatório não diz praticamente nada sobre ETs, mas muito sobre o estágio da vida humana

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Na semana passada, o Departamento de Defesa, em conjunto com a Diretoria de Inteligência dos EUA, publicou o mais abrangente relatório sobre objetos voadores não identificados.

O documento reúne um conjunto de informações que eram mantidas em sigilo até agora com o título "Análise Preliminar: Fenômenos Aéreos Não Identificados". Nele, são relatados 144 incidentes ocorridos entre 2004 e 2021 em que militares teriam encontrado objetos aéreos que não puderam ser identificados, exceto em um

caso (era um balão desinflado).

Muitos dos incidentes envolvem objetos que estariam voando em alta velocidade, com trajetórias imprevisíveis e sem nenhum dispositivo de propulsão (hélice, turbina) identificável. O relatório é o sonho dourado de ufólogos que esperavam por algo assim por décadas. Certamente terão assunto por muito tempo. No entanto, é mais interessante especular sobre o que esse relatório diz em relação ao próprio estágio atual da humanidade do que sobre o que acontece fora da Terra.

Primeiramente, é curioso notar que o interesse por óvnis costuma crescer em momentos de crise. A coisa mais próxima do relatório publicado agora é a Coleção Condon, publicada em 1969 pelo físico Edward Condon, com financiamento da Força Aérea dos EUA. Trata-se de outra ampla investigação sobre óvnis, só que dessa vez entre 1952 e 1969. O ano da sua publicação é emblemático, pós-1968, e alguns anos depois da crise dos mísseis, momento emblemático da Guerra Fria. Anos antes, o próprio Condon

havia sido perseguido pelo macarthismo e acusado de ser membro de um novo movimento revolucionário potencialmente comunista, a "física quântica". A arguição contra Condon é uma aula de defesa da importância da ciência contra ataques da política. Condon foi defendido inclusive por Albert Einstein, que escreveu ao então presidente Truman em seu apoio. Na sua defesa, Condon fez uma declaração de apoio à ciência que se tornou célebre: "Em suma, a maior contribuição para a real segurança que a ciência pode fazer

é a extensão do método científico para o estudo da sociedade".

Corte para 2021. O relatório sobre óvnis não diz praticamente nada sobre extraterrestres, mas diz muito sobre o estágio atual da vida humana, em que a ciência perde espaço novamente para a política.

Além disso, diferentemente de 1969, quando os avistamentos eram feitos por instrumentos ópticos, as medições desse tipo de avistamento hoje são feitas por meio de software.

Como qualquer usuário de celular sabe, software pode não ser confiável. Muitos dos incidentes reportados podem ser resultantes de erros de software ou do equipamento, tornados "reais" pela tecnologia.

O próprio relatório publicado reconhece essa possibilidade. Em outras palavras, podem ser óvnis "virtuais"; resultantes de falhas das tecnologias que intermedeiam nossa relação com

a realidade. Seriam fantasmas da própria tecnologia recursiva que nos envolve cada vez mais.

Mas se mesmo assim houver ETs? Como apontou o escritor de ficção científica Liu Cixin, a sociologia cósmica pode ser resumida em dois axiomas: 1) a sobrevivência é a necessidade básica de todas as civilizações; 2) as civilizações continuam a crescer e se expandir; mas o total de matéria no universo permanece constante.

A consequência desses axiomas é que jamais deveríamos revelar nossa localização no cosmo. A segunda é que, se houver ETs, é melhor não encontrá-los.

READER

Já era Falar disco voador

Já é Falar óvni e UFO (Unidentified Flying Object)

Já vem Falar UAP (Unidentified Aerial Phenomenon)

Reforma do IR pode aumentar tributação para empresas

Isabela Bolzani

SÃO PAULO As mudanças no Imposto de Renda propostas pelo governo podem elevar a carga tributária de empresas, dizem contabilistas e advogados do setor.

O projeto entregue ao Congresso diminui a alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de 25% para 20%, mantém os 9% de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e tributa lucros e dividendos em 20%, com isenção de até R\$ 20 mil mensais para micro e pequenas empresas.

Com a cobrança sobre dividendos, empresas que declaram imposto pelo lucro presumido passarão a ter carga tributária total de 49%, contra 34% hoje, dizem analistas.

"Se essa proposta for aprovada como está hoje, vai ser uma medida muito grande para as companhias e não tende a ser positiva", disse a sócia na área de tributário da Tozzini Freire Advogados, Renata Emery. Ela afirma ainda que a proposta aumenta a base tributável por eliminar algumas deduções existentes atualmente.

"Costuma-se olhar para a alíquota, mas ela é só um percentual sobre a base. Se a base cresceu, eu também estou pagando mais impostos".

Para Eduardo Pugliese, da Schneider, Pugliese, Sztokfisz, Figueiredo e Carvalho Advogados, é preciso cautela ao afirmar que a mudança aumentará a tributação de empresas, uma vez que os rendimentos são diferentes — a tributação do lucro acontece sobre a pessoa jurídica, enquanto a dos dividendos acontece sobre o acionista ou cotista da empresa.

"De qualquer forma, é importante dizer que essa reforma quer, efetivamente, melhorar a arrecadação federal. Mas também faz critérios de justiça interessantes, evitando abusos em planejamentos tributários", disse o executivo. Procurada, a Receita Federal afirmou que a isenção a dividendos tem gerado distorções jurídicas e econômicas e percepção de tratamento tributário desigual face aos rendimentos do trabalho.

"Deve-se destacar que a tributação dos lucros e a tributação dos dividendos são com-

pletamente distintas. De um lado a empresa e de outro a pessoa física do sócio. O Projeto de Lei propõe a volta da tributação sobre dividendos distribuídos aos sócios pela empresa e a redução da tributação dos lucros apurados por ela", afirmou a Receita, em nota.

Sobre a mudança nas deduções, afirmou que visa aperfeiçoar a legislação tributária e corrigir distorções que, segundo o órgão, não têm propósito econômico comprovado.

"Entende-se que as medidas propostas, ao reduzir a alíquota do imposto sobre a

renda da pessoa jurídica e tributar a distribuição de dividendos, estimulam a eficiência econômica e alinham a legislação brasileira aos países mais desenvolvidos, o que gera um ambiente de negócios mais propício para o investimento nacional e estrangeiro, e à geração de empregos".

A expectativa do governo é que a proposta comece a valer a partir do ano que vem. Para valer a partir de janeiro, a reforma teria que ser aprovada até setembro. Procurado, o Ministério da Economia não respondeu.

folha.com/openbanking

★
★
★

semináriosfolha

Open Banking

2ª edição WEBINAR

HOJE
15h às 17h30

EVENTO GRATUITO

Assista ao vivo em folha.com/openbanking e participe enviando perguntas para o WhatsApp T1 99648-3478

A revolução do mercado financeiro vai começar. O nosso debate sobre o tema também.

A implementação de um ecossistema financeiro aberto está aí. Mas do que realmente se trata o open banking? Quais as principais dúvidas e inseguranças isso vai trazer? Como essa nova formatação pode revolucionar o mercado e a maneira como as pessoas lidam com o dinheiro? Para entender qual é a importância do tema, acompanhe a segunda edição do seminário **Open Banking**, no qual especialistas e convidados vão discutir e tirar suas dúvidas sobre o tema.

Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.

15h às 15h30 Abertura

Roberto Campos Neto
presidente do Banco Central

| | | | |
|--|---|---|---|
| <p>15h30 às 16h30 Novos modelos de negócio</p> <p>Antonio João Filho diretor-executivo da Embratel para mercado financeiro</p> | <p>Carlos Kazuo Missao diretor de soluções de inovação para clientes da GFT Brasil</p> | <p>Eduardo Fraga diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep)</p> | <p>Leandro Puppe Nóbrega líder de operações da Belvo na América Latina</p> |
|--|---|---|---|

16h30 às 17h30 Educar para o open banking

Bia Santos
diretora-executiva da Barkus Educacional

Maxnaun Gutierrez
head de produto e pessoa física do C6 Bank

Thiago Alvarez
fundador e CEO do GuiaBolso

Patrocínio:

Realização:

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| Veículo: O Estado de S. Paulo | |
| Data: 26 a 28/06/2021 | Caderno: Economia |



Com vendas online em alta, Receita vê aumento de arrecadação de impostos

Compras pela internet registradas pelo Fisco subiram 47% de janeiro a maio ante o ano passado e já representam 6,5% do total de transações no comércio

• **Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo**

28 de junho de 2021 | 05h00

Atualizado 28 de junho de 2021 | 09h10

BRASÍLIA - A pandemia da [covid-19](#) mudou rapidamente o hábito de consumo do brasileiro, que tem ido às compras cada vez mais pela internet. As vendas no [comércio eletrônico](#), também chamado de e-commerce, feitas diretamente de empresas para pessoas físicas dispararam até maio deste ano, com crescimento de 153,5% em relação a dois anos atrás, antes da pandemia. A alta nos primeiros cinco meses de 2021 em relação a 2020 já chega a 74,4%.

Até mesmo, produtos, como carnes, motos e carros hoje são adquiridos pela internet. E a tendência é de expansão, segundo a [Receita Federal](#), que, a pedido do **Estadão**, reuniu as informações sobre o e-commerce e o seu impacto sobre a arrecadação, que vem apresentando recuperação forte neste ano.

Covid leva municípios a gastar 11% mais com saúde até abril

Despesa cresceu mais nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes; aumento contrasta com estabilidade da despesa total no período

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

28/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Impulsionado pela segunda onda da pandemia de covid-19, o gasto com saúde agregado de 4.759 municípios cresceu 11% nominais de janeiro a abril de 2021 contra igual período do ano passado. O aumento chama a atenção quando se olha a despesa total, que ficou estável, com queda de 0,1% em igual período.

A alta foi puxada pelos municípios com mais de 1 milhão de habitantes. Nesse grupo de 16 cidades, responsável por mais de 23% de todas as despesas municipais do período na área, o gasto com saúde aumentou 16,3% nominais e suscita uma discussão sobre a oferta de serviços públicos de saúde pelas prefeituras. Caso uma terceira onda da pandemia venha de forma mais agressiva que a segunda, o sistema esbarra em limites de recursos materiais e humanos para se expandir mais, avaliam representantes dos municípios.

Nos três municípios mais populosos do país (São Paulo, Rio e Salvador), as despesas com saúde avançaram acima da média. Em São Paulo, o avanço foi de 29,4% no primeiro quadrimestre contra iguais meses de 2020. A capital paulista viu a média móvel em 14 dias de casos confirmados de covid-19 subir de 1,73 mil para 2,79 mil

de 31 de dezembro do ano passado para o último dia de abril deste ano. Em igual critério de média móvel, o número de óbitos pela doença aumentou de 36 para 146. No município do Rio de Janeiro a despesa de saúde subiu 17,1% no primeiro quadrimestre, na comparação interanual. Na capital fluminense a média móvel em 14 dias de casos confirmados cresceu de 778 para 1,11 mil e o número de óbitos, de 49 para 110, segundo dados do Ministério da Saúde.

Os valores de despesas na saúde foram levantados pelo **Valor** dos relatórios fiscais entregues pelas prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional. Foram considerados

municípios com dados atualizados de gastos liquidados na função saúde, que inclui despesas de pessoal, custeio e investimento.

Embora o aumento de gastos na saúde tenha sido generalizado - ocorreu em 70% dos municípios -, os dados mostram tendência de crescimento menor conforme a redução de população. Para a faixa acima de 500 mil até 1 milhão de habitantes, o avanço agregado foi de 11,9%. Cidades menos populosas, de até 10 mil moradores, tiveram alta média de 7,4%. Na faixa acima de 10 mil a 20 mil habitantes, o aumento foi de 6,5%.

O avanço mais acelerado da despesa nas cidades maiores é considerado esperado, por estar relacionado à organização do Sistema Único de Saúde (SUS), no qual grandes centros atendem a população do entorno, inclusive de outros municípios. O atendimento de pacientes da covid-19 não fugiu desse padrão.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo diz que o orçamento aprovado para 2021 previa R\$ 9,8 bilhões para o custeio da área de saúde, mas o recrudescimento da pandemia exigiu novos investimentos emergenciais. Agora a previsão é de que em 2021 sejam empenhados R\$ 12 bilhões na saúde.

Em Salvador, o avanço de 18% na despesa com saúde de janeiro a abril deste ano também reflete a agressividade da segunda onda, que demandou mais leitos, medicamentos e contratação de profissionais, diz Giovanna Victor, secretária de Fazenda do município.

No pico da crise, em março, a cidade amanhecia com filas de cerca de 180 pessoas esperando leitos, clínicos ou de UTI, lembra. Pelos dados do MS, a média móvel em 14 dias de casos confirmados de covid-19 na capital baiana subiu de 364 em 31 de dezembro de 2020 para 529 ao fim de abril.

“Houve um momento que não adiantavam mais recursos. Ficamos à borda de um colapso, não era mais possível montar equipes e faltavam medicamentos também”, conta. Esse período mais crítico foi superado, diz, mas se houver uma terceira onda há incerteza sobre a possibilidade de ampliar o atendimento. “Não sei se é possível chegar ao mesmo nível de mobilização porque as equipes estão exaustas”, avalia. E há também, diz, a questão financeira. Salvador possui ainda recursos, diz, mas não

são todos os municípios que conseguirão manter o mesmo nível de gastos. Além de não haver sinalização de repasses extraordinários do governo federal às prefeituras este ano, diz Giovanna, as transferências do SUS para Salvador caíram de janeiro maio deste ano em relação a iguais meses de 2020.

Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), ressalta que a despesa de saúde deve se manter em nível elevado mesmo que a pandemia fique para trás. Isso porque além do tratamento de sequelas de covid-19, há uma fila de atendimentos represados que vão desde exames laboratoriais a cirurgias eletivas.

As prefeituras percebem também a demanda por atendimento de saúde mental, como resultado da combinação de crise sanitária e econômica e da perda de pessoas queridas, conta. “A tendência é de estrangulamento na saúde no médio prazo.” Para ele, é difícil avaliar o impacto de um novo recrudescimento da pandemia sobre o serviço público de saúde. “Não há profissionais e há uma fadiga em relação à pandemia num sistema que ficou sobrecarregado.”

“A expansão na saúde atingiu o limite estrutural em alguns municípios”, diz Vitor Puppi, secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento de Curitiba, onde os gastos com saúde cresceram 9,8% no primeiro quadrimestre deste ano em relação a mesmos meses de 2020.

“Não há mais profissionais disponíveis e a percepção é de que essa ampliação de serviços bateu no teto, embora a demanda seja alta e sempre haverá pressões por reajustes”, diz. A redução dos atuais níveis de gastos na área, avalia, não acontecerá da “noite para o dia” e a tendência é que a despesa se estabilize, mas em nível alto.

Para Donizetti Giamberardino, primeiro vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), a questão é que faltam políticas que possam tornar o trabalho no setor público atrativo. Ele diz que como houve aumento de leitos de UTIs, há uma escassez de médicos especializados em terapia intensiva. Mas o problema não é exatamente a falta de profissionais.

Hoje, diz ele, existem 530 mil médicos no país, um “número muito razoável”. Os profissionais, porém, diz, estão mal distribuídos e acabam não vendo no setor público nem remuneração e nem condições de trabalho propícias.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Esta joelheira que alivia dores surpreende pessoas em Salvador. A ideia é ótima

HEROKNEE

LINK PATROCINADO

Por quê especialistas estão tão exaltados com esta joelheira revolucionária?

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

Mais do Valor **Econômico**

Criminoso Lázaro Barbosa, procurado há 20 dias, é morto em Goiás

28/06/2021 10:14 — Em Brasil

Especialistas pedem maior redução do IRPJ

Para economistas e advogados, governo errou na calibragem das medidas tributárias, que podem penalizar empresas

Por Bárbara Pombo, Arthur Rosa e Beatriz Olivon — De São Paulo e Brasília

28/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Apy: "O governo errou na mão. As mudanças vão onerar mais as empresas" — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Advogados tributaristas e economistas entendem que o governo errou na calibragem ao impedir a dedução de despesas com juros sobre capital próprio e compensar a tributação de dividendos com uma redução de cinco pontos percentuais do imposto de renda cobrado das empresas.

“O governo errou na mão. As mudanças vão onerar mais as empresas, especialmente o investimento estrangeiro”, afirma o economista Bernard Appy. “Uma reforma tem que aumentar o potencial de crescimento de longo prazo. Essa faz o contrário.” Segundo ele, o efeito é que as empresas passarão a se financiar mais com dívida e menos com capital, o que é negativo.

O projeto enviado pelo governo ao Congresso, na sexta-feira, prevê que os dividendos serão tributados na fonte, com alíquota de 20%. O imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) passaria de 15% para 10%, mais um adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil por mês, além dos 9% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Hoje, as empresas pagam até 34% de IRPJ, incluindo a CSLL.

Os advogados Bruna Marrara e Fernando Tonanni, sócios do Machado Meyer, concordam. Eles consideram “tímida” a redução da alíquota do IRPJ para neutralizar o efeito da tributação de dividendos. De acordo com eles, o governo também não estabeleceu na proposta um mecanismo de retenção de lucros. “Alguns países aplicam alíquota de IR maior para quem distribui lucro e alíquotas regressivas para quem retém lucro, o que é um incentivo à atividade produtiva”, diz Tonanni.

Ainda sobre a tributação de dividendos, Appy observa potencial risco de distorção com a faixa de isenção para micro e pequenas empresas. Pelo projeto, estão isentos da taxa de valores de até R\$ 20 mil por mês. “Todo mundo vai se planejar para se beneficiar”, diz.

Segundo ele, estabelecer um limite que muda totalmente a forma de tributação é o que não se recomenda fazer “em livros-texto de finanças públicas”. “É um erro de desenho de sistema tributário.”

Para a tributarista Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP, a tributação de dividendos pode imprimir mais progressividade ao sistema tributário nacional à medida que as altas rendas são recebidas por dividendos e ficam isentas para pessoas físicas. A professora pondera se o limite de isenção é baixo, pois há pequenas empresas em que o recebimento de dividendos se confunde com a renda da pessoa.

“É diferente de receber dividendo de uma grande corporação. O microempresário recebe os valores como parte de sua remuneração, não há uma distinção muito clara entre pessoa física e jurídica em termos de rendimento”, afirma, acrescentando que uma solução melhor seria uma tabela progressiva para tributação de dividendos.

De acordo com a professora, o argumento de que tributar dividendos é tributar duas vezes a empresa não pode ser aplicado a todas as situações. O caso das pequenas é diferente do de acionistas de grandes empresas. “Ainda que a grande

empresa seja tributada na pessoa jurídica, a renda que o acionista recebe na distribuição de lucros não se confunde com a renda da pessoa jurídica”, diz.

Já segundo Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, tributar dividendos pode afastar investimentos estrangeiros, pois reduz o ganho do investidor. A justificativa de que a medida afasta a ‘pejotização’ também não faz muito sentido, afirma, já que a pejotização não é um fenômeno explicado apenas pela isenção na distribuição de lucros hoje.

“Quando ela não é fraudulenta, e muitas vezes não é mesmo, a constituição de pessoa jurídica para prestação de serviços se justifica pelos ganhos de escala, especialização, de organização e profissionalização”, diz. “Se ideia é gerar mais empregos, o ideal seria conceder alguma isenção linear sobre a contribuição previdenciária na primeira faixa de salários.”

A tributação de dividendos, afirma Vasconcelos, pode trazer de volta o contencioso que já existiu sobre a distribuição disfarçada de lucros, uma forma de remunerar os acionistas de modo simulado para escapar da tributação. A distribuição disfarçada ocorre normalmente por meio de operações entre empresa e acionistas com preços artificiais, em condições de favorecimento, como o pagamento de aluguel acima do mercado ou venda de um bem da empresa em valor inferior.

O tributarista Breno de Paula entende que não há como tributar dividendos sem reduzir a carga da pessoa jurídica. “Não haveria problema em mudar a tributação da pessoa jurídica para a pessoa física que recebe os dividendos desde que não se somem os novos 20% aos 34% impostos já existentes”, diz, acrescentando que seria impraticável para as empresas. “O ideal seria uma tributação progressiva nos moldes do imposto de renda da pessoa física e não apenas criar uma faixa de isenção. Não podemos correr o risco de a tributação corporativa entrar em colapso.”

 COMENTÁRIOS

Governo aperta regra de IR em direito de imagem e em operação no exterior

Texto enviado pelo Executivo ao Congresso propõe que holdings que gerenciam imóveis passem a ser tributadas pelo lucro real, em vez do presumido

Por Fabio Graner — De Brasília

28/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Além de tributar dividendos em 20%, extinguir juros sobre capital próprio, reduzir o Imposto de Renda das empresas e corrigir a tabela para pessoas físicas, a proposta de reforma do IR que o governo encaminhou ao Congresso endurece as regras para empresas que exploram direitos de imagem e receitas decorrentes de holdings que gerenciam imóveis. O projeto determina que elas recolham o IR pelo lucro real, e não mais pelo presumido, mais simples e vantajoso

O texto que será relatado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA) também mudar regras para empresas brasileiras que têm participações em companhias no exterior. A intenção é deixar claro que a variação cambial será incluída na base de cálculo do tributo quando for vendida uma participação nessas operações fora do Brasil.

Segundo uma fonte, as empresas estavam tratando a questão cambial como parte do seu custo na apuração do valor dessas participações no exterior (pelo método de equivalência patrimonial) e, assim, alterando o IR a pagar no ganho de capital das empresas.

“A proposta apresenta, ainda, regra para disciplinar a variação cambial registrada na contabilidade sobre investimentos no exterior. A legislação atual não apresenta regra clara”, explica o governo na exposição de motivos.

A mudança, diz uma fonte do Ministério da Economia, deixa claro que a variação cambial “não será computada no custo de aquisição para fins de apuração do ganho de capital no caso de alienação da venda de participação societária relevante no exterior”. Se houver variação cambial positiva entre compra e venda da participação societária, ela será tributada.

Na questão de direitos de imagem e holdings para administração de imóveis familiares o governo está tentando fechar uma brecha da legislação e aumentando a carga ao tirar das empresas a prerrogativa do lucro presumido.

“O artigo 12 [do projeto] foi feito justamente para cercar o crescimento de holdings de planejamento familiar, especialmente para gerir imóveis dos riquíssimos ou direito de imagem de atletas igualmente riquíssimos. É uma boa medida para equalizar a tributação das pessoas físicas, uma vez que a tributação dos dividendos poderia não alcançar o objetivo”, explicou a diretora de tributos da Moore Brasil, Maria Carolina Gontijo. “São empresas com custo baixíssimo e receitas altas, que, quando aplicado o percentual de presunção, pagavam menos IR do que seria correto.” A medida praticamente imporá tributação direta sobre a receita.

Sócio de escritório de mesmo nome, o advogado Luiz Gustavo Bichara defende outra saída. “Não teria sido mais adequado apenas recalcular a margem de lucro para fins de lucro presumido [hoje é 32%]? Naturalmente o correto aí é ajustar a presunção”, disse.

O ex-secretário da Receita Jorge Rachid também enxergou excesso. Para ele, o melhor caminho seria um sistema híbrido, retomando o que foi proposto em 2015 [rejeitado pelo Congresso], no qual as receitas de direito de imagem seriam tributadas diretamente, sem dedução de base de cálculo e com alíquota cheia do IRPJ, mas sem necessidade de as empresas que operam esse mecanismo saírem do lucro presumido. Dessa forma, explica, elas poderiam continuar optando pelo lucro presumido e sendo taxadas nesse sistema em sua atividade principal e a receita de direitos de imagem seria tributada integralmente, com a aplicação da alíquota do IRPJ e da CSLL.

Rachid também aponta exagero na proposta no capítulo referente às pessoas físicas, no qual o governo está propondo retirar a declaração simplificada para quem ganha acima de R\$ 40 mil. Na visão do ex-secretário, não havia necessidade de mexer nisso e o movimento vai impor um aumento de tributação para uma parte da classe média, que ganha entre R\$ 40 mi e R\$ 83,7 mil. “O governo poderia ter ficado sem mexer nisso, como não mexeu nas deduções”, comentou.

Anunciada na sexta-feira, o projeto de reforma do IR de fato tem o mérito de tentar enfrentar o problema da falta de progressividade do sistema tributário, mas gerou bastante reclamação de alguns setores empresariais. A leitura de muitos analistas é que, ao taxar os dividendos em 20%, reduzindo apenas 5 pontos o IRPJ em dois anos

e ainda eliminando o abatimento dos juros sobre capital próprio, o governo na prática está impondo um forte aumento de carga tributária ao setor produtivo.

O tributarista Ilan Gorin diz que a carga das empresas do lucro real está aumentando em 48% e, nas de lucro presumido, 112%. “Isso geraria R\$ 210 bilhões a mais de arrecadação anual, enquanto a perda de arrecadação com o reajuste parcial da tabela de pessoa física seria só de 36 bilhões e nem caberia compensação pois é apenas uma recomposição”, destacou.

“A pretexto de viabilizar a correção da tabela do Imposto de Renda, aumentou-se drasticamente a incidência das empresas. E isso em um momento ainda de crise econômica aguda. Ao invés de viabilizar a recuperação dos negócios, o governo federal optou por criar mais obstáculos nessa corrida. Em alguns casos (como as empresas do lucro presumido) o aumento de tributação antes de chegar nos sócios será de 100%. É inviável”, afirma Luiz Gustavo Bichara.

Setores do mercado já apontam que o texto terá que ser ajustado no Congresso, por exemplo reduzindo para valores menores a taxa dos dividendos. O governo chegou a trabalhar com 15%, mas definiu o projeto em 20% após definir uma isenção até R\$ 20 mil mensais para micro e pequenas empresas.

O economista Sergio Gobetti, especialista que há anos defende taxar dividendos, aponta que a medida pode estimular a retenção de lucros e propiciar um aumento do reinvestimento das empresas, como ocorreu na França depois do aumento da tributação de dividendos em 2013. “Mas o atual ambiente político e econômico do Brasil é de muita incerteza”, disse.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

LINK PATROCINADO

Saiba Mais

Governo pesa a mão e joga carga total para 43%

Para bancar correção da faixa isenta do Imposto de Renda da pessoa física, equipe econômica de Bolsonaro eleva carga sobre lucro corporativo

Por **Fernando Torres** — De São Paulo

28/06/2021 05h00 · Atualizado há uma hora

Se é verdade que os preços das ações refletem a expectativa sobre os lucros futuros das companhias, faz sentido que o Ibovespa tenha caído na sexta-feira.

O projeto de lei (PL) de reforma tributária aumenta de forma sensível a mordida do Estado sobre o lucro corporativo. Não só pela tributação dos dividendos em 20%, mas também pelo fim dos juros sobre capital próprio (JCP).

Talvez até as ações devessem ter caído mais. Mas, como se trata apenas de um PL enviado ao Congresso, os investidores ainda não colocaram nos preços dos papéis todo o efeito potencial das mudanças, dado que é preciso ponderar o impacto das medidas pela probabilidade de um governo enfraquecido conseguir aprová-las - lembrando que algumas delas são bastante impopulares para apoiadores de primeira hora de Jair Bolsonaro, como empresários, agentes do mercado e a classe média.

É claro que o projeto também traz benesses, mas essas são fáceis de aprovar - e o risco, do ponto de vista fiscal, é que apenas elas passem no Congresso.

Para quantificar a mudança, pense que as grandes empresas não financeiras estão sujeitas hoje a uma alíquota nominal de 34% de tributos sobre o lucro, sendo 25% de IRPJ e 9% de CSLL. Para os bancos, a mordida é de 45%.

Essa cunha total é elevada para os padrões internacionais, e era apontada por muitos como o motivo para a rara opção nacional pela isenção da tributação dos dividendos - existente apenas na Estônia entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os defensores da política dizem que é mais prático cobrar o tributo numa fase única, de centenas ou milhares de grandes empresas, do que em duas fases, o que agrega a complexidade de controlar os dividendos distribuídos a milhões de beneficiários (e as várias páginas que o PL dedica a tentar evitar a distribuição disfarçada de lucros é uma evidência do problema)..

Mas, para além da experiência internacional mostrando que é sim possível trabalhar com as duas fases, há estudos que apontam que tributar o dividendo eleva o poder distributivo.

Para trocar um sistema de fase única pelo de fase dupla, porém, o governo precisaria fazer uma escolha política e decidir se manteria a carga imposta às empresas e seus acionistas, ou a arrecadação em caixa. E a equipe de Paulo Guedes optou pela segunda opção. Com uma pitada de pimenta.

Vamos aos números. Pela regra atual, num exemplo didático, para cada R\$ 100 que uma empresa tem de lucro, R\$ 34 devem ser recolhidos como IRPJ e CSLL (*veja detalhes na tabela*). Com as regras propostas na sexta-feira, o tamanho da cunha subiria para R\$ 45 em 2022, e cairia para R\$ 43 a partir de 2023.

Isso se explica porque o IRPJ está sendo reduzido em apenas 5 pontos percentuais, em duas parcelas anuais, com a tributação nominal caindo a 29%.

A conta acima da carga fiscal total de 43%, porém, mostra o efeito econômico das novas alíquotas propostas, dado que esse seria o peso quando o lucro fosse de fato distribuído no tempo.

Mas as empresas não distribuem 100% do lucro (já que parte do resultado é reinvestido no negócio e potencialmente vira ganho de capital, passando a ser tributado em 15%), e o governo sabe disso. Com medo de ter perda muito grande de arrecadação, inclusive eventualmente motivada pelo pagamento menor de proventos pela tributação, o governo calibrou as alíquotas para tentar não perder arrecadação no curto prazo.

Quando se pensa na distribuição de 25% do lucro como dividendo, que é o mínimo que a maioria das grandes empresas prevê em seus estatutos no Brasil, a alíquota combinada da tributação em duas etapas fica perto de 35% em 2022 e cai a 32,6% a partir de 2023 - próximo dos atuais 34%.

Pareceria menos pesado, a não ser por um motivo — e aí vem a pimenta —, que é o fim do benefício de dedução fiscal quando o lucro é distribuído a título de juros sobre capital próprio. Esse instrumento foi criado na época da extinção da tributação sobre dividendos e do fim da correção monetária de balanços, em 1995, e servia (informalmente) como uma maneira de evitar que as empresas pagassem tributo sobre uma parcela do incremento de capital que apenas corrigisse seu patrimônio líquido — no caso, pela TJLP.

Esse instrumento reduz hoje em muito a alíquota efetiva de tributos sobre o lucro especialmente de grandes companhias da bolsa. Ou seja, embora na teoria a tributação sobre o lucro das empresas seja hoje de 34%, na prática, ela fica bem abaixo disso, mais na casa de 22%, em grande parte por causa do JCP.

Compilando dados de Vale, Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Ambev, Telefônica, B3, BTG Pactual, Copel, Hypera, Cteep, Neoenergia, Engie e Lojas Americanas, que foram as 15 empresas abertas que mais pagaram JCP em 2020, é

possível estimar que pagariam R\$ 15 bilhões a mais em tributos sobre o lucro (com impacto fiscal líquido de R\$ 9 bilhões, dado que quem recebe JCP paga 15%).

O efeito das medidas propostas sobre o lucro corporativo é portanto duplo: a alíquota efetiva tenderá a crescer para perto da nominal, que agora será de 29%, e ser acrescida do impacto dos 20% sobre os dividendos.

Para base de comparação, desde a reforma de Trump as empresas americanas pagam 21% e o dividendo regular é isento até US\$ 40 mil e tributado depois em alíquotas progressivas de 15% a 20%.

A conta poderia ter sido outra - e o IRPJ caído mais —, caso o governo não tivesse optado por corrigir a faixa de isenção da tabela de IR da pessoa física para R\$ 2,5 mil, na tentativa de atender a uma promessa de campanha, embora distante do compromisso de Bolsonaro de que isentaria quem ganhasse até cinco salários mínimos.

A benesse prometida para o IR da pessoa física, porém, é limitada, dado que o governo quer permitir o desconto de 20% da renda bruta de quem faz declaração simplificada só para quem ganha menos de R\$ 40 mil. Na prática, mesmo com a correção da tabela, quem ganha mais de R\$ 3,5 mil por mês pode vir a pagar mais IR do que hoje se não tiver despesas dedutíveis para declarar.

A única medida bem vista por quase todos foi o fim da tabela regressiva para aplicações de renda fixa, que estariam sujeitas a taxaço de 15%, independentemente do prazo. A medida certamente traz simplicidade, mas pode ter impacto no encurtamento do prazo médio da dívida pública.

Já o bode na sala parece ser a tributação dos rendimentos pagos pelos fundos imobiliários e do recém criado Fiagro (com direito a derrubada de veto). Embora defensável do ponto de vista distributivo, fica difícil justificar por que tributar os dois produtos se as aplicações análogas via renda fixa em LCI, LCA, CRI e CRA seguiriam isentas (*esta versão corrige informação anterior de que o Fiagro teria escapado da mudança na reforma*).

Investimento público recua nas 3 esferas nos 4 primeiros meses do ano

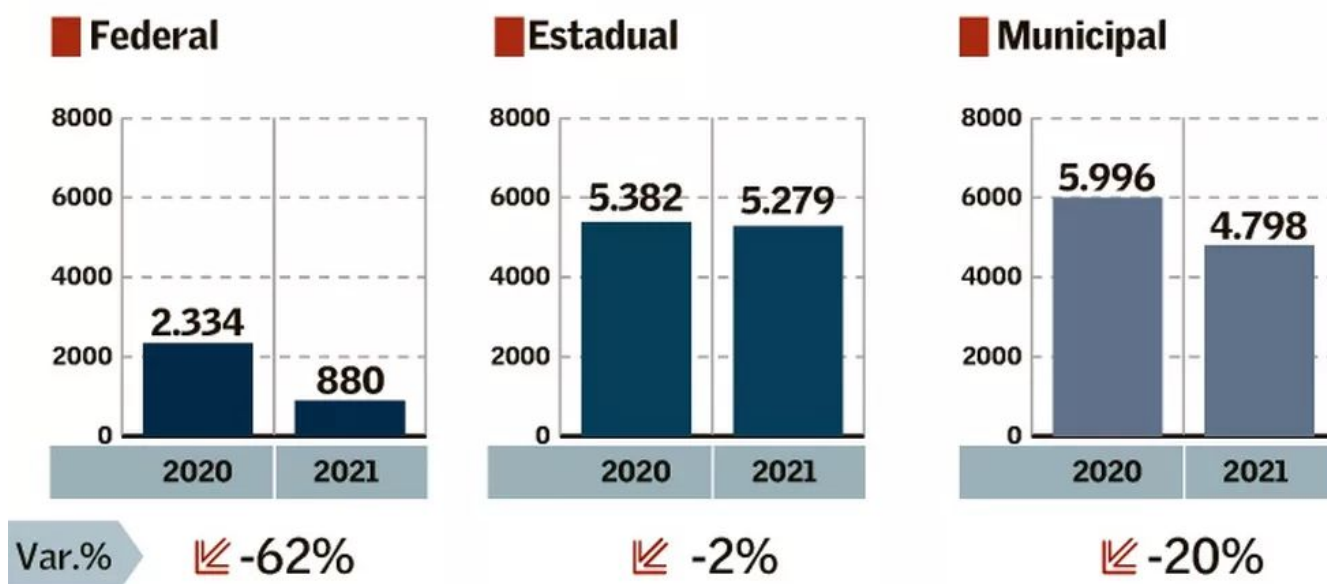
Retração foi maior no governo federal, com recuo real de 68% em relação ao primeiro quadrimestre de 2020

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

28/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Investimentos em queda

Valores executados no primeiro quadrimestre - em R\$ milhões



Fonte: SIAFI e SICONFI. Elaboração: NEFIPP/FACAMP. *Valores corrigidos pelo IPCA

Os governos federal, estaduais e municipais reduziram a destinação de recursos à infraestrutura dos equipamentos públicos neste ano, apesar do aumento da pressão pelos serviços frente à crise sanitária, queda da renda das famílias e aumento do desemprego.

No primeiro quadrimestre, período de agravamento da pandemia, os investimentos caíram nas três esferas da federação. As conclusões são de análise do Núcleo de Finanças e Políticas Públicas da Faculdade de Campinas (Facamp) antecipada ao **Valor**.

Considerando o orçamento federal, foram efetivamente executados no período apenas R\$ 880 milhões dos R\$ 38 bilhões reservados aos investimentos no ano. O valor representa queda real de 62% em relação ao mesmo período do ano passado. Na esfera estadual, os investimentos somaram R\$ 5,279 bilhões, recuo de 2% na mesma base de comparação. No caso dos municípios, foram executados R\$ 4,798 bilhões, queda de 20%.

“Em termos de política fiscal, o governo de certa forma voltou à estratégia do pré-pandemia, 2020 é que foi uma exceção. Isso é preocupante justamente porque a pandemia não passou e, muito pelo contrário, a gente enfrentou os piores meses da crise sanitária no primeiro quadrimestre deste ano”, afirmou o economista Saulo Abouchedid, um dos autores da nota.

Para ele, a queda dos investimentos pode não comprometer o crescimento econômico em 2021, mas tem consequências sobre o futuro. As projeções de analistas para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano estão subindo e chegaram à casa dos 5%. Esse movimento de alta, no entanto, não se reflete nas perspectivas

para 2022. “Nesse momento difícil, o governo adotar uma política pró-cíclica, e não anticíclica, é algo que preocupa para o médio e o longo prazo.”

Questionado sobre a queda nos desembolsos, o Ministério da Economia destacou o atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano, que só foi sancionada em 22 de abril. “Dessa forma, o período compreendido pelo primeiro quadrimestre do ano foi marcado pela execução provisória do orçamento, o que reduz as possibilidades de execução pelo governo federal”, disse em nota enviada ao **Valor**. A situação, acrescenta, difere do que ocorreu no mesmo período de 2020, quando o Orçamento foi aprovado ainda em janeiro.

Na análise, os pesquisadores destacam ainda que, no âmbito federal, despesas em áreas importantes para o enfrentamento da pandemia, como saúde, assistência social e ciência e tecnologia, foram reduzidas. No caso da saúde, a queda foi de 3% nas despesas da União no primeiro quadrimestre sobre o mesmo período de 2020. Já nos Estados e municípios, houve alta de 5% e 19%, respectivamente.

Nesse contexto, avaliam, as principais demandas de saúde foram atendidas pelos entes federados. “O aumento das despesas com a pandemia por Estados e municípios não foi acompanhado por maior auxílio por parte do governo federal”, diz a análise.

As ações emergenciais da União no enfrentamento da pandemia somaram R\$ 20,5 bilhões de janeiro a abril, 13% do valor realizado no último quadrimestre de 2020, de R\$ 157,1 bilhões. Frente a gastos menores e um aumento de arrecadação, o governo central registrou superávit primário de R\$ 41 bilhões nos primeiros quatro meses do ano.

Pelo lado da arrecadação, a análise aponta que tanto o governo federal quanto os Estados conseguiram apurar crescimento nas receitas no período. Na esfera federal, a alta foi de 15% frente ao mesmo período de 2020. Entre os Estados, o avanço foi de 12%. O sinal é trocado, no entanto, quando observados os municípios. Nesse caso, houve queda de 3% na arrecadação.

Os pesquisadores observam que as receitas municipais caíram principalmente em razão dos efeitos da crise sanitária na economia, em especial no setor de serviços, impactando na arrecadação do ISS. “Há, portanto, um descompasso preocupante entre a arrecadação e as despesas municipais”, diz o texto.

[Ver comentários](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

[Saiba Mais](#)

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Esta joelheira que alivia dores surpreende pessoas em Salvador. A ideia é ótima

HEROKNEE

LINK PATROCINADO

Por quê especialistas estão tão exaltados com esta joelheira revolucionária?

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO



Por Bruno Carazza

Mestre em Economia e doutor em Direito, é professor do Ibmec... [ver mais](#)

Já é um começo

Paulo Guedes, quem diria, propôs tributação de dividendos

28/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Num artigo publicado no “The New York Times” em 14 de agosto de 2011, o megainvestidor Warren Buffett criticou os governantes que, a cada crise econômica, pediam à população uma cota de sacrifício, mas acabavam poupando os multimilionários, inclusive ele próprio e seus amigos. “Parem de mimar os super ricos”, era a mensagem-título.

O “Oráculo de Omaha” referia-se às alíquotas de imposto de renda sobre os ganhos de capital e a distribuição de dividendos, que foram substancialmente reduzidas nos Estados Unidos a partir da década de 1980, no governo de Ronald Reagan. A filosofia dominante desde então prescrevia que taxar mais pesadamente o topo da pirâmide de renda desincentivava o investimento, e em última instância prejudicava os mais pobres, pois afetava o potencial de geração de empregos no país.

| Guedes, quem diria, propôs tributação de dividendos

Um dos homens mais ricos do mundo pedindo para o governo cobrar mais impostos sobre seus rendimentos - a proposta soou como música aos ouvidos do Partido Democrata, à época com a difícil missão de assumir os Estados Unidos durante a ressaca da grave crise financeira de 2008. No tradicional discurso sobre o Estado da Nação, no início de 2012, o presidente Barack Obama aproveitou a deixa para criticar as brechas da legislação americana, que faziam com que o bilionário da Berkshire Hathaway tivesse uma carga tributária menor do que a de sua secretária. Num lance de marketing político, Debbie Bosanek, a secretária de Buffett, estava sentada ao lado da primeira-dama Michelle Obama na plateia do Capitólio.

A proposta dos Democratas de impor uma alíquota de 30% sobre os rendimentos de pessoas físicas que ultrapassassem US\$ 1 milhão ficou conhecida como “taxa Buffett”; no entanto, ela não conseguiu superar a obstrução republicana e acabou arquivada.

No dia 8 de junho, o site de jornalismo investigativo “Propublica” vazou as declarações de imposto de renda de alguns dos mais poderosos capitalistas americanos, como Elon Musk, Jeff Bezos, Bill Gates e Mark Zuckerberg. E adivinha quem pagou a menor fração do seu incremento de riquezas em tributos nos últimos 15 anos? Ele mesmo: Warren Buffett.

Muitos acusaram Buffett de hipocrisia, mas como qualquer agente racional, ele simplesmente jogou conforme as regras vigentes. Buffett e nenhum dos demais bilionários praticou qualquer ato ilegal para pagar pouco ou quase nada. As normas é que estão erradas, e as distorções precisam ser eliminadas.

O Brasil realmente não é um país fácil de ser explicado. O governo Fernando Henrique Cardoso, autodenominado de centro-esquerda, foi mais realista que o de Ronald Reagan e em 1995 isentou totalmente a distribuição de lucros e dividendos. Na sequência, com o Partido dos Trabalhadores no comando, incentivou-se a pejetização e os benefícios a advogados e outros profissionais liberais - a “classe média” que na verdade faz parte da elite brasileira. Num país tão miserável quanto o Brasil, é bom lembrar que quem recebe mais de R\$ 20 mil por mês pertence aos 5% mais ricos da população.

Ironia do destino, coube ao dito ultra liberal Paulo Guedes propor a extinção da isenção de impostos sobre lucros e dividendos que tanto beneficia essa classe alta. O Projeto de Lei nº 2.337/2021, entregue pelo ministro da Economia ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na sexta-feira (25/06), impõe a cobrança de 20% sobre a distribuição de ganhos de pessoas jurídicas a seus sócios.

Conforme pode ser visto no gráfico, a legislação atual contribui para a tão criticada regressividade na cobrança de tributos no país. Segundo dados da Receita Federal com base nas declarações de IRPF do ano fiscal de 2019, quanto mais ricos, maior a parcela dos rendimentos que vêm da distribuição isenta de lucros e dividendos (linha amarela) - e menos se paga proporcionalmente em imposto de renda (linha azul).

Guardadas as devidas proporções, o Brasil também tem seus Warren Buffetts, Jeff Bezos e Bill Gates. Os 3.049 brasileiros que declararam ter recebido mais de R\$ 1,1 bilhão em 2019 (nosso 0,01% mais rico) pagaram uma alíquota efetiva de 1,7% de imposto de renda no ano passado. Nesse sentido, a iniciativa do Ministério da Economia de reabrir a discussão sobre a tributação do andar de cima é importante - embora pouco ambiciosa.

Ao manter uma faixa de isenção para os lucros distribuídos por optantes do Simples até o limite de R\$ 20 mil por mês, Guedes restringe bastante o impacto da medida. Também ficaram de fora outros benefícios para a pretensa “classe média”, como as deduções de despesas de saúde e educação, ou a criação de novas alíquotas para as rendas mais altas.

De toda forma, é um começo. A aposta agora é saber o que será mais difícil: vencer a resistência da elite contra o fim da isenção ou ver a esquerda defender uma proposta vinda de Paulo Guedes.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”. Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Projetos no Congresso podem inviabilizar FGTS

Eventuais mudanças podem encarecer o funding dos investimentos feitos em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana e o custo dos empréstimos para o trabalhador, diz diretor do fundo

Por Edna Simão — De Brasília

28/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Gustavo Tillmann: momento de incerteza não é adequado para mudanças — Foto: Anderson Riedel/PR

Projetos em tramitação no Congresso Nacional que reivindicam novas modalidades de saque no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou redução de contribuição assim como a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre mudança no índice de correção dos saldos das contas dos trabalhadores podem inviabilizar financeiramente o FGTS, segundo do diretor do fundo do Ministério da Economia, Gustavo Tillmann.

As mudanças podem, conforme o técnico da equipe econômica, encarecer o funding dos investimentos feitos em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana e o custo dos empréstimos para o trabalhador.

Pelos cálculos feitos pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a substituição Taxa Referencial (TR) pelo IPCA, como índice de correção dos saldos das contas vinculadas desde 2000, elevaria o passivo do FGTS em cerca de R\$ 401 bilhões, segundo posição do balanço de 2019 (último aprovado).

No caso da opção pelo INPC, o acréscimo seria de R\$ 408 bilhões. Além disso, existem vários projetos de lei solicitando novas modalidades de saque em geral e setores específicos; redução de alíquota de contribuição; descontos e isenções de encargos por atrasos, pagamento de parte da contribuição diretamente ao trabalhador.

O diretor do FGTS disse que a alteração do índice de correção, que vem sendo discutida no STF e ainda não julgada, é “tecnicamente inviável” por provocar, por exemplo, um descasamento entre os ativos e passivos do fundo. Atualmente, a correção do saldo do FGTS corresponde a TR mais 3% ao ano. “Tecnicamente, a entidade de distribuição dos resultados é o melhor remédio [para melhorar a rentabilidade das contas]”, explicou Tillmann ao **Valor**.

Nos últimos anos, o lucro líquido do fundo tem se reduzido gradualmente com os saques extraordinários e impacto da queda de juros nas receitas financeiras. Em 2020, segundo balanço preliminar, o FGTS registrou um lucro de R\$ 8,231 bilhões, o que representa uma redução de 27,16% ante 2019. O resultado apurado no ano passado é o mais baixo desde 2011, quando o lucro foi de R\$ 5,147 bilhões.

“Você pode pegar os balancetes, analisar e achar que é um fundo pujante e resiliente. Se analisar as medidas isoladamente, essas medidas têm um impacto restrito, pequeno para o FGTS. Mas como são várias, fica difícil de você dizer que o FGTS aguenta. Então nosso pedido é que possa se fazer fórum global de discutir em

bloco. Qual é o mais meritório e qual não é”, ressaltou Tillmann, acrescentando que o crescimento das receitas dependem da retomada da economia com geração de emprego formal.

Ele explicou que é preciso avaliar se continua interessante aprovar alguns projetos do Congresso que preveem a ampliação das modalidades de saque, diante do fato que foi criada recentemente a opção de saque no mês de aniversário.

Levantamento da SPE mapeou 30 projetos mais impactantes para o fundo ou que estão em estágio mais avançado no Parlamento. “Uns quatro [projetos], o FGTS já não tem capacidade de absorver.”

Tillmann afirmou que o fundo não trabalha com a hipótese de liberação de novos saques emergenciais. “Nos últimos cinco anos, fizemos três medidas do tipo: saque das contas inativas, saque imediato e teve o saque emergencial. A maioria dos trabalhadores no FGTS tem saldos baixos e já foram sacadas com muita sequência”, frisou.

Por outro lado, o diretor defendeu medidas como Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). A renovação por mais quatro meses do programa que permite a redução da jornada de trabalho e suspensão de contrato deve impactar a arrecadação do fundo em R\$ 967 milhões, porém, conforme Tillmann inibe saques por demissões. “O fundo está prestando ajuda neste momento da pandemia. A gente precisaria de um momento de tranquilidade normativa para poder recompor o fundo. Não seria o momento de mudanças estruturais porque estamos em um cenário de muitas incertezas”, disse.



COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Riscos podem atrapalhar a queda da inflação à meta

Apenas políticas monetária e fiscal consistentes poderão assegurar que, de fato, a inflação excessivamente alta volte à meta

28/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A inflação segue muito alta e deve atingir um pico de 8,4% em junho, acumulada em doze meses. Mas o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central antecipa, em seu Relatório Trimestral de Inflação, divulgado na semana passada, que vá entrar numa trajetória de declínio, até chegar a 3,5% em meados do próximo ano, coincidindo com a meta de 2022.

Caso se confirme, será uma considerável desinflação, de quase cinco pontos percentuais. Uma parte se deverá apenas à força da gravidade, assim que se dissiparem choques temporários, como a alta do dólar e commodities. Mas a

inflação seria mais persistente se o comitê não tivesse adotado uma postura mais firme, sinalizando que vai retirar todos os estímulos neste ano.

Esse cenário benigno está condicionado a vários riscos. O principal deles é a fragilidade fiscal, que o Banco Central identifica como preponderante, apesar da pequena melhora recente. Na primeira onda da pandemia, os analistas econômicos temeram que a dívida bruta pudesse chegar perto de 100% do Produto Interno Bruto (PIB). Projeções mais recentes de economistas influentes citam percentuais tão baixos quanto 82% do PIB.

Essas revisões representam um alívio, mas não eliminam o risco. Parte da queda se deve à alta inflação interna, que, como dito, chegará a 8,4% em junho. Parte se deve à alta do preços de commodities, que aumenta o deflator do PIB e favorece a atividade econômica e a arrecadação. Caso caia a 82% do PIB, ainda estará cerca de 30 pontos percentuais acima da média dos emergentes.

Sem superávit primário, não se pode falar em sustentabilidade da dívida. São inúmeras as ameaças à disciplina fiscal, como salientou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na divulgação do Relatório de Inflação. “O arcabouço do teto de gastos tem sido desafiado com alguma frequência”, disse. “Temos um ano de eleições pela frente”.

Não é só a política fiscal que coloca uma sombra no cenário de convergência da inflação para a meta. No relatório, o Banco Central publica alguns exercícios sobre os impactos de uma eventual remoção mais abrupta dos estímulos monetários pelo Federal Reserve (Fed). Esse não é o cenário principal, já que o chairman do Fed, Jerome Powell, vem prometendo anunciar seus movimentos previamente.

Mas há riscos relevantes de a inflação americana surpreender para cima, depois dos grandes pacotes de estímulo fiscal e monetário nos Estados Unidos. O fantasma é a repetição do chamado “taper tantrum”, de 2013, quando o então chairman do Fed, Ben Bernanke, removeu estímulos quantitativos que haviam sido injetados em resposta à grande crise financeira de 2008. Na ocasião, o dólar subiu 20% ante o real.

O Banco Central fez alguns cálculos para estimar o que aconteceria com a inflação se houvesse um repeteco do “taper tantrum”. Nessa situação, a inflação de 2022 ficaria em 4,7%, em vez dos 3,5% originalmente projetados. Bem acima do centro da meta (3,5%) e muito perto do teto (4,75%).

Uma outra simulação assume a hipótese de trabalho de que o dólar suba 20% no terceiro trimestre, mas recue no trimestre seguinte. Nesse caso, a inflação de 2022 ficaria até mais baixa do que a meta, em 3,2%. O dólar, num primeiro momento, aceleraria os preços temporariamente, mas depois provocaria uma queda com maior intensidade.

O BC diz que está alerta a esse risco, mas os membros do Copom não o consideram, por enquanto, forte o suficiente para figurar no topo de suas preocupações.

Há um fator, por outro lado, que poderia derrubar a inflação abaixo da trajetória desenhada pelo BC: um recuo nos preços de commodities em reais. Isso poderia ocorrer tanto porque o dólar cairia a cotação atualizada correspondente aos R\$ 4,11 vigentes antes da pandemia ou porque as cotações de metais ou alimentos retomariam a sua tendência mais baixa anterior.

Eventos como esse poderiam baixar a inflação de 2022 entre 0,4 ponto percentual e 1,3 ponto percentual em relação ao previsto. Nesse cenário, o índice de preços poderia até cair abaixo do centro da meta, ficando em valores entre 2,2% e 3,1%.

São simulações úteis para quantificar o quanto diferentes choques podem nos afetar, mas é importante notar que se trata de cenários menos prováveis, dependentes de fatores fora do nosso controle direto. Apenas as políticas monetária e fiscal consistentes poderão assegurar que, de fato, a inflação excessivamente alta vá cair à meta.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Esta joelheira que alivia dores surpreende pessoas em Salvador. A ideia é ótima

HEROKNEE

LINK PATROCINADO

Por quê especialistas estão tão exaltados com esta joelheira revolucionária?

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Ray-Ban! Outlet por até 50% OFF.

VALIOM

Mais do Valor **Econômico**

Taxa de juros do cartão de crédito rotativo cai para 329,6% em maio, diz BC

Economia prevê ganho líquido arrecadatório de R\$1,9 bi com 2ª fase da reforma tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por Gabriel Ponte

BRASÍLIA (Reuters) - O Ministério da Economia projetou nesta sexta-feira um ganho de **arrecadação** em torno de 1,9 bilhão de reais em três anos com a implementação da segunda fase da reforma tributária, apresentada nesta manhã, que trata de ajustes no Imposto de Renda.

Em coletiva de imprensa remota, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, afirmou que a pasta projeta um efeito líquido positivo das medidas de cerca de 980 milhões de reais para 2022.

Para 2023 e 2024, a Economia projeta resultados

positivos, respectivamente, da ordem de 330 e 590 milhões de reais. 'Todos os reajustes, as calibrações que foram feitas nas alíquotas, foram com vistas a manter a diretriz de consolidação do resultado fiscal', explicou.

IMPOSTO DE RENDA

O projeto de lei apresentado estabelece alteração na renda de corte para a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas dos atuais 1.903,98 reais, para 2.500 reais. Pelo novo quadro, 16,3 milhões de brasileiros estarão isentos do IR, ante os atuais 10,7 milhões, aumento de 31% na faixa de isenção.

Segundo Malaquias, a estimativa é que a atualização da tabela e o aumento da isenção de contribuintes gere uma perda arrecadatória de 13,5 bilhões de reais para 2022. Já em 2023 e 2024, a **arrecadação** seria menor em 14,46 e 15,44 bilhões de reais, respectivamente.

DIVIDENDOS

Como já vinha sendo antecipado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o texto propõe tributar dividendos distribuídos a pessoas físicas. A alíquota será de 20%, com isenção para valores de até 20 mil reais recebidos por mês.

Ainda de acordo com Malaquias, a pasta estima acréscimo da receita na ordem de 18,5 bilhões de reais em 2022 com a taxaço de dividendos. Para os anos de 2023 e 2024, as projeçoes de aumento de **arrecadaço** são de 54,9 e 58,15 bilhões de reais, respectivamente.

Veja também

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadaço

No caso de pessoas jurídicas, o projeto prevê reduço da alíquota sobre os lucros das empresas, dos atuais 15% para 12,5% em 2022 e para 10% a partir de 2023. Mas o adicional de 10% que incide sobre lucros acima de 20 mil reais por mês será mantido.

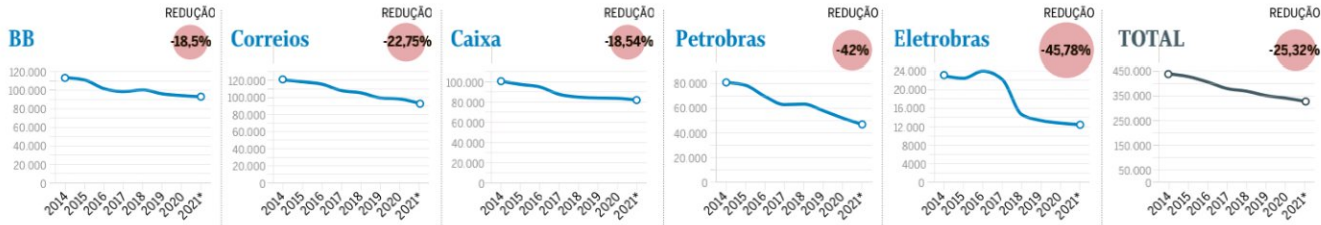
Segundo Malaquias, com base nessas premissas, no ano que vem a perda de **arrecadaço** é estimada em 18,52 bilhões de reais. Em 2023, as perdas teriam acréscimo de 39,2 bilhões de reais. Em 2024, a reduço estimada na **arrecadaço** seria de 41,53 bilhões de reais.

OPERAÇOES EM BOLSA

Pela proposta, o governo unifica as operaçoes realizadas em bolsa de valores em torno de uma única alíquota, de 15%, ante as alíquotas de 20% para operaçoes Day Trade e cotas de Fundos Imobiliários, bem como 15% para o mercado à vista, a termo, de opçoes e de futuros.

Segundo Malaquias, com base na unificaço, as perdas estimadas na **arrecadaço** com operaçoes Day Trade em 2022 e 2023 são de 40 e 50 milhões de reais, respectivamente.

AJUSTE DE QUADRO NAS ESTATAIS



FONTE: Panorama das Estatais/Ministério da Economia *Até março

Editoria de Arte

REDUÇÃO DE PESSOAL

Desde 2015, as cinco maiores estatais cortaram um quarto do total de empregados

GLAUCÉ CAVALCANTI,
CAROLINA NALIN E
GABRIELA MEDEIROS*
economista@globo.com.br

As cinco grandes estatais federais do país — Banco do Brasil, Correios, Caixa, Petrobras e Eletrobras — perderam mais de 111 mil empregados entre o início de 2015 e março deste ano. Juntas, cortaram pouco mais de um quarto de seu pessoal nesse período, reuando para um total de 327.397, segundo o Panorama das Estatais, do Ministério da Economia. As maiores baixas estão concentradas na Eletrobras (-45,8%) — em vias de ser concedida à iniciativa privada — e na Petrobras (-42%).

Esse encolhimento é puxado por uma combinação de fatores, que vão da orientação para redução do tamanho do Estado desde o governo Michel Temer até a crise econômica, que impacta a capacidade de investimento das empresas e leva o governo a recorrer à venda de estatais para equilibrar as contas públicas. Entra na conta ainda a digitalização de serviços e operações, sobretudo no setor financeiro.

— É uma correção de rumo, após um período de crescimento do setor (estatal) em governos anteriores. Foi como voltar um pouco o pêndulo do lado da expansão do Estado em que estava. No caso da Eletrobras, a privatização pesa, mas o cenário não é diferente na Petrobras — afirma Sérgio Lazzarini, professor do Insper.

LÓGICA PRIVADA

Marco Túlio Zanini, professor da FGV EBAPE, frisa que a crise econômica contribuiu para esse processo de enxugamento:

— Há o contexto de recessão. Sem demanda, essas estatais perdem a perspectiva de produtividade futura e ficam com mão de obra ociosa ou subaproveitada. Não existe incentivo para a manutenção dessas empresas em seu nível máximo de produtividade. São setores desmotivados, com as companhias passando por grandes reestruturações.

Para enfrentar a crise, empresas na iminência de serem concedidas reduzem quadros já embarcando na lógica de operação do mercado privado. — Essas empresas que estão para serem privatizadas



Privatização. Setor onde Augusto trabalhava foi fechado

‘Quero trabalhar com redes sociais, algo mais flexível’

Augusto Zimbre foi demitido da BR Distribuidora em 2020, ano seguinte à venda do controle da companhia pela Petrobras. Formado em Publicidade, ele deixou a empresa porque seu setor foi encerrado, efeito da privatização.

O carioca de 40 anos encarou a demissão como oportunidade. Hoje, dá aulas de meditação e vive das economias que juntou ao longo dos 16 anos de BR, onde ganhava cerca de R\$ 8 mil, mas tem planos para o futuro: — Pretendo trabalhar com redes sociais, algo mais flexível — conta.



Incentivo. Marce o aderiu a plano de aposentadoria do BB

‘Perda de benefícios pesou no bolso’

Formado em direito, Marcelo Fernandes, de 54 anos, deixou o Banco do Brasil em 2019, após aderir a um plano de aposentadoria incentivada (PAI). Tinha 32 anos de casa e temia cortes na empresa. Ele conta que a perda de benefícios fez diferença no orçamento: — Além do salário, ficar sem o auxílio alimentação e a participação nos lucros pesou no bolso. Precisei cortar cursos dos meus filhos.

Hoje, ele faz trabalhos esporádicos, mas pretende voltar a ter renda fixa trabalhando em escritório.



Perda de renda. O ex-carreiro Paulo Lopes virou camelô

‘Eu me arrependo de ter saído dos Correios’

Paulo Lopes trabalhou nos Correios por 33 anos como carteiro. Em 2018, já aposentado, aderiu a um plano de demissão incentivada (PDI), atraído pelo dinheiro da rescisão e pelo benefício de manter parte do plano de saúde custeado pela estatal. Hoje, é camelô e vende máscaras que a mulher confecciona.

— Eu me arrependo de ter saído. Na época foi bom, mas com o passar dos anos as coisas foram ficando cada vez mais difíceis. Com 65 anos, ele precisa fazer contribuições extras para o fundo de pensão dos Correios, o Postalis, para cobrir o déficit da instituição.

já operam na lógica privada. Elas já entregam uma empresa com menor custo e maior receita — observa Márcio Pochmann, economista e professor da Unicamp.

Ele lembra que, nos anos 1990, as estatais privatizadas tiveram corte de cerca de 35% dos funcionários após a venda. Agora, continua, o que sustenta esse movimento de redução

de pessoal é a tentativa do governo de enfrentar a situação fiscal ao se desfazer de ativos, criando alguma mobilização de recursos do setor privado.

— O custo tem sido o principal foco das empresas, que têm feito o possível para manter-se eficientes no mercado, mas isso tem limites se o faturamento e a economia não crescem — avalia Pochmann.

Na Petrobras, uma companhia de capital misto, houve efeito ainda da Operação Lava-Jato, dizem os especialistas.

— A Petrobras passou por reestruturação depois da Lava-Jato, com ativos vendidos. E o preço do petróleo andou mal nos últimos anos, foi uma situação extremamente crítica — sublinha Zanini. Os Correios, cujo processo

zera uma transição e perdem a capacidade de continuidade.

Ele diz que parte desses profissionais acaba abrindo um negócio, geralmente no setor de serviços. No cenário de pandemia, complementa, vários estão em situação difícil.

Para se reposicionar no setor privado, aponta Caio Arnaes, diretor de recrutamento da Robert Half, o que conta é a qualificação:

— O que conta, no mercado, é o quanto o profissional está atualizado e investindo em sua carreira. Ultimamente, há uma demanda maior por especialistas, que é uma característica do emprego de estatal. Óleo e gás está começando a retomar e vai haver demanda por especialistas. Vejo um bom mercado para profissionais com bastante conhecimento técnico.

EMPRESAS JUSTIFICAM CORTE

Procuradas, as empresas afirmaram que mantêm equipes adequadas às suas necessidades, sem perda de produtividade. A Petrobras disse gerir seu efetivo em linha com o plano estratégico. O Banco do Brasil esclarece que o concurso para escriturários anunciado na última semana ajudará a suprir saídas naturais de funcionários. Não há previsão de outra chamada em 2021. A Caixa, de outro lado, está ampliando seus quadros, fortalecida como o banco das políticas públicas do governo federal. Tem 84.287 funcionários a, até o fim do ano, abrirá 130 agências.

Os Correios afirmam terem implementado planos de desligamento nos últimos anos para responderem a mudanças no mercado, sem impacto nas operações. Os ajustes na Eletrobras estão ancorados em otimização de gastos, para adequar a estrutura de custos, diz a companhia. Para isso, ela privatizou distribuidoras e vendeu ativos em geração e transmissão. O atual acordo coletivo de trabalho vence em novembro, quando a empresa poderá chegar a 11.612 empregados. (*Estágaria sob supervisão de Danielle Nogueira)

Cloviomar Cararime, economista do Dieese, avalia que os programas de demissão voluntária fazem sentido para os casos em que há trabalhadores em idade de se aposentar. Mas na forma como são feitos geram impactos negativos, diz ele:

— Trabalhadores que estão há 30 anos nessas empresas têm um acúmulo imenso de conhecimento. Só que, quando eles saem, as estatais não fa-

MÍRIAM
LEITÃOblogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Economia não salva, estúpido

O governo Bolsonaro acabou diante dos olhos da Nação. Hoje, duas pessoas tentam dar a ele sobrevida por estarem em postos estratégicos: Augusto Aras e Arthur Lira. A popularidade despencou, os abusos do presidente contra a vida humana são reiterados por ele mesmo. É repulsivo ver o presidente expondo duas crianças ao vírus. O golpe de morte foi dado na CPI, na sexta-feira, quando ficou claro que Bolsonaro sabia que havia corrupção no Ministério da Saúde, e que um dos responsáveis era seu líder na Câmara. Há uma aposta feita por governistas, a de que a economia o salvará. Alguns indicadores vão de fato melhorar nos

próximos meses, mas o desconforto econômico permanecerá e há outros elementos poderosos na perda de competitividade eleitoral de Jair Bolsonaro.

A economia não salva um presidente responsável por uma tragédia humanitária, que ameaça a democracia e ainda tem o governo envolvido em corrupção. A economia sempre será importante na avaliação dos governos e no resultado eleitoral. Por isso ficou tão famosa a expressão do estrategista eleitoral James Carville de que “é a economia, estúpido”. E é nisso que se agarra o governo no momento. Afinal, os bancos estão aumentando a projeção de crescimento do PIB para este ano. O crescimento vai permitir a recuperação da popularidade de Bolsonaro? O economista José Roberto Mendonça de Barros não acredita nisso e dá três razões:

— O crescimento é uma retomada baseada antes de tudo nas commodities e não chega ao mercado de trabalho. As commodities — agricultura, mineração e petróleo — são capital intensivo, empregam pouco e estão fora das grandes cidades que concentram o desemprego. Segundo, a recuperação está sendo revista para cima este ano, mas diminui no ano que vem e pode ficar abaixo de 2%. Terceiro, boa parte dos instrumentos do governo não atingem os chamados “invisíveis”. A soma disso é que eu

não acredito em recuperação mais sistemática da popularidade.

O desemprego tem redução sazonal no segundo semestre, mas não será uma queda sustentada. A inflação está alta, tirando capacidade de consumo. Ela bateu muito em alimentos e, agora, energia. O mercado financeiro está otimista, mas seu horizonte é curto, de dois meses. Para o mercado, é o suficiente que haja mais negócios, a venda de um lote de ações de uma grande empresa estatal, os juros subindo e derrubando o dólar. Não é uma avaliação de que a situação do país vai de fato melhorar. A ação da Eletrobras subiu, porque ela vai ser privatizada, apesar de

Os vários fatores que minam a popularidade de Bolsonaro não serão neutralizados pela economia, ainda que ela melhore

o modelo de venda ser um desastre e o país estar entrando na pior crise hídrica da história.

Márcia Cavallari, diretora do Ipec, o instituto de pesquisa de opinião que mostrou uma forte queda de popularidade do presidente, acha que a pesquisa que divulgou reflete tudo ao mesmo tempo.

— É a percepção do todo. Há a CPI, 500 mil mortos, desemprego, inflação. É o pior momento. A economia é sempre o carro-chefe de qualquer eleição, mas o importante é o bem-estar. Não adianta crescer a indústria e

isso não chegar no bolso das pessoas neste momento. Hoje, inflação, emprego e pandemia são as que afetam mais diretamente, diretrizes de sobrevivência das pessoas.

O Ministério da Economia segue seu plano de reeleger Bolsonaro, a qualquer custo. Foi isso que Paulo Guedes avisou naquela reunião ministerial de abril de 2020. O governo virou sócio da inflação e espera gastar o que a alta do índice criará de “espaço no teto”. Alguns truques orçamentários serão utilizados. Difícilmente serão suficientes para cobrir o fosso que se abriu entre o país e um governo calamitoso. O principal responsável por termos tido milhares de mortes evitáveis nesta pandemia. A questão agora é se o governo Bolsonaro chegará ao fim do mandato.

A economia ajuda a definir o destino dos governos. Mas agora é mais do que a economia. Bolsonaro enfrenta o desgaste da pior gestão da pandemia no mundo, os ataques sistemáticos à democracia e foi atingido no peito por uma acusação de corrupção vinda de um deputado que era governista. A popularidade despencou. Se no começo do governo 67% dos brasileiros diziam confiar em Bolsonaro, agora, 68% dizem não confiar. Esse conjunto de fatos desfavoráveis explica os chilikques frequentes do presidente da República. Principalmente contra os jornalistas, seus ataques têm sido estúpidos.

REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA

GANHO DE UM LADO, PERDA DO OUTRO

Governo aumenta faixa de isenção, mas limita uso da declaração simplificada

MANOEL VENTURA, FERNANDA TRISOTTO, GABRIEL SHINOHARA E RAPHAELA RIBAS
economista@oglobo.com.br
BRASÍLIA/DF

Num cenário conturbado politicamente, o governo correu para apresentar ontem a segunda etapa da reforma tributária, que altera as regras do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas. Conforme o previsto, o projeto atualizou a tabela do IR, aumentando a faixa de isenção para R\$ 2,5 mil, mas o Ministério da Economia surpreendeu ao propor restringir a possibilidade da declaração simplificada, usada pela maioria dos contribuintes. Pelo texto, apenas quem recebe até R\$ 40 mil por ano (o que equivale a pouco mais de R\$ 3 mil mensais) poderá optar pelo desconto simplificado. Isso pode significar um aumento de impostos, principalmente para quem não tem dependentes e abate poucas despesas médicas e educacionais.

Juntas, as mudanças propostas pelo governo terão efeito arrecadatório. Entre aumento e redução de receitas, o governo prevê receber mais R\$ 900 milhões em impostos em 2022. Somente com a alteração do desconto simplificado, o governo vai arrecadar mais R\$ 9,98 bilhões no ano que vem.

A reforma no IR foi entregue durante a manhã ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pelos ministros Paulo Guedes (Economia), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil). O texto, contudo, só foi protocolado na Casa na noite de ontem. Para entrar em vigor em 2022, ela precisa ser aprovada este ano

na Câmara e no Senado.

Na prática, as mudanças no IR representam a segunda fase da reforma tributária, cuja primeira etapa foi apresentada no ano passado e trazia apenas a unificação de PIS e Cofins.

Principal mudança do projeto, a atualização da tabela do IR ficou abaixo da promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro, quando ele chegou a dizer que a faixa de isenção poderia ser ampliada para R\$ 5 mil. Na prática, todos os trabalhadores serão beneficiados, já que todas as faixas tiveram seus valores atualizados. Porém, o efeito final pode ser menor para quem ficar de fora do novo limite da declaração simplificada.

TRIBUTAR RENDIMENTO

No modelo simplificado há um desconto de 20% (limitado a R\$ 16.154,34) sobre a soma de todos os rendimentos tributáveis. Atualmente, todas as pessoas físicas podem optar por esse modelo. A proposta do governo mantém o desconto simplificado em 20%, mas limita esse modelo a quem ganha até R\$ 40 mil por ano.

Simulação feita por Eduardo Natal, advogado e mestre em Direito Tributário, Societário e Sucessões, considerando apenas a mudança de regra,



"Precisará de ajuste. Tabelas serão cheçadas, contas serão revisadas. Mas eu tenho confiança no plenário dessa Casa"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

mostra que um trabalhador que ganha R\$ 80 mil por ano (cerca de R\$ 6.150 por mês, contando 13º salário), que antes pagava R\$ 1.742,40 de imposto pelo regime simplificado, se a reforma passar, terá cobrança de R\$ 2.370,90 no modelo completo.

— A limitação não invalida que as rendas acima desse montante (R\$ 40 mil) possam usufruir das deduções. Os contribuintes poderão utilizar as deduções e o efeito será individual, de acordo com a dedução — defendeu o secretário da Receita Federal, José Tostes.

O governo não atualizou a tabela de deduções com despesas educacionais e com dependentes. A atualização da tabela vai reduzir a arrecadação do governo em R\$ 13,5 bilhões em 2022.

Por outro lado, o projeto de lei traz de volta a tributação sobre lucros e dividendos, que são isentos desde 1995. Com isso, o governo estima que vai arrecadar mais R\$ 18,5 bilhões no ano que vem.

Além da mudança sobre lucros e dividendos, haverá tributação sobre fundos de investimento e fundos imobiliários, além do fim da dedução dos juros sobre capital próprio. As medidas vão financiar o novo Bolsa Família.

— Por 40 anos, o Brasil aumentou os impostos sobre as empresas e sobre os assalariados. E, ao contrário, não houve a coragem de tributar os rendimentos de capital. Durante décadas nós aumentamos os impostos sobre as empresas, dificultando os investimentos — afirmou Guedes, citando que a proposta também prevê a redução do IR para pessoas jurídicas.

No caso das empresas, o go-

AS MUDANÇAS PROPOSTAS

Atualização da tabela IRPF

| Faixas atuais (em R\$) | Faixas novas (em R\$) | Alíquota (em %) | Contribuintes (em milhões) |
|------------------------|-----------------------|-----------------|----------------------------|
| Até 1.903,98 | Até 2.500 | 0 | 16,3 |
| 1.903,99 - 2.826,65 | 2.500,01 - 3.200 | 7,50 | 2,8 |
| 2.826,66 - 3.751,05 | 3.200,01 - 4.250 | 15,00 | 3,6 |
| 3.751,06 - 4.664,68 | 4.250,01 - 5.300 | 22,50 | 2,2 |
| Acima de 4.664,68 | Acima de 5.300,01 | 27,50 | 6,3 |

Exemplos de descontos

| Renda (em R\$) | Como é? (em R\$) | Como fica? (em R\$) | Redução do imposto (em %) |
|----------------|------------------|---------------------|---------------------------|
| 1.500,00 | 0,00 | 0,00 | ISENTO |
| 2.000,00 | 7,20 | 0,00 | -100 |
| 2.500,00 | 44,70 | 0,00 | -100 |
| 3.000,00 | 95,20 | 37,50 | -60,60 |
| 3.500,00 | 170,20 | 97,50 | -42,70 |
| 4.000,00 | 263,87 | 172,50 | -34,60 |
| 4.500,00 | 376,37 | 266,25 | -29,30 |
| 5.000,00 | 505,64 | 378,75 | -25,10 |
| 6.000,00 | 780,64 | 638,75 | -18,20 |
| 7.000,00 | 1.055,64 | 913,75 | -13,40 |
| 10.000,00 | 1.880,64 | 1.738,75 | -7,50 |
| 15.000,00 | 3.255,64 | 3.113,75 | -4,40 |
| 20.000,00 | 4.630,64 | 4.488,75 | -3,10 |

As mudanças propostas pelo governo vão representar um saldo positivo de **R\$ 900 milhões em 2022**. Somente a alteração no desconto simplificado vai garantir mais **R\$ 9,98 bilhões em arrecadação no ano que vem**

O impacto da mudança na declaração simplificada

| Desconto de 20% ficará restrito a quem recebe até R\$ 40 mil por ano | Rendimento R\$ 50 mil | | Rendimento R\$ 80 mil | | Rendimento R\$ 120 mil | |
|--|-----------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|------------------------|-----------------|
| | MODELO ATUAL | MODELO PROPOSTO | MODELO ATUAL | MODELO PROPOSTO | MODELO ATUAL | MODELO PROPOSTO |
| (-) Desconto Simplificado - 20% | R\$ 10 mil | N/A | R\$ 16 mil | N/A | R\$ 16.154,34* | N/A |
| (=) Base de Cálculo | R\$ 40 mil | R\$ 50 mil | R\$ 64 mil | R\$ 80 mil | R\$ 103.845,66 | R\$ 120.000,00 |
| (*) Alíquota IR | 15% | 15% | 27,5% | 27,50% | 27,5% | 27,50% |
| (=) Subtotal | R\$ 6.000,00 | R\$ 7.500,00 | R\$ 17.600,00 | R\$ 22.000,00 | R\$ 28.557,56 | R\$ 33.000,00 |
| (-) Parcela a deduzir | R\$ 4.257,60 | R\$ 5.129,10 | R\$ 10.432,32 | R\$ 12.009,10 | R\$ 10.432,32 | R\$ 12.009,10 |
| (=) Imposto a pagar | R\$ 1.742,40 | R\$ 2.370,90 | R\$ 7.167,68 | R\$ 9.990,90 | R\$ 18.125,24 | R\$ 20.990,90 |

*Valor máximo para desconto na simplificada

Fontes: Ministério da Economia e Eduardo Natal, sócio da Natal e Manssur Advogados, especialista em direito Tributário, Societário e Sucessões

Editoria de Arte

verno quer reduzir a alíquota de 25% para 20%, com o corte de 2,5 pontos percentuais nos próximos dois anos. Guedes destacou que os impostos serão reduzidos para 30 milhões de pessoas.

VOTAÇÃO ATÉ JULHO

Na cerimônia de entrega da reforma, o presidente da Câmara disse que pretende votar o texto antes do recesso parlamentar. A interrupção dos trabalhos do Legislativo está marcada para começar em 17 de julho.

— Precisar de ajuste. Tabelas serão cheçadas, contas serão revisadas. Mas eu tenho muita confiança no plenário dessa Casa. Eu acredito na aprovação de todas as matérias neste ano, e que a gente deixe para falar de eleição em 2022 — afirmou Lira.

O deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) vai relatar a proposta que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), a unificação dos tributos federais PIS e Cofins. Já o deputado Celso Sabino (PSDB-PA) será relator do projeto de lei que mexe com o IR. Sabino, que é auditor fiscal e estuda temas tributários, avalia como benéfica a ampliação da faixa de isenção do IR para pessoa física e a redução de alíquotas para pessoa jurídica.

— Os textos chegam do governo de uma forma e costumam sair de outra. O que a gente quer fazer é um elo, criar um laço, que possa produzir o melhor texto de reforma tributária para o nosso país.

Para o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otavio Leal, a proposta até agora re-

presenta simplificação, mas poderia ser mais abrangente.

— O faseamento da reforma é péssimo. O ajuste da CBS é um avanço? Sim, porque é melhor ter um tributo só em vez de dois, mas para na parte em que normalmente a discussão começa a dar problema, que é a definição de quem vai ganhar e quem vai perder — afirma, lembrando que já há pressão de setores para que haja alíquotas diferenciadas e que é isso que vai determinar uma melhoria de ambiente de negócios.

Já o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara avalia que a proposta tende a achar a classe média:

— Eles poderiam ter feito uma limitação de dedutibilidade, porque é só o topo da pirâmide que se vale dessas deduções.

Taxação de dividendos deve aumentar custo para empresa

Carga tributária pode até dobrar para companhias que declaram pelo lucro presumido. Para associação, proposta afasta investidores

GERALDA DOCA E RAPHAELA RIBAS
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA/ERIO

O projeto de reforma tributária apresentado pelo governo deve resultar em aumento indireto da carga de impostos sobre empresas, na avaliação de especialistas.

O texto do governo prevê redução gradual das alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) de 15% para 10%, mas propõe a taxa de 20% de dividendos — hoje isentos — e acaba com os cha-

mados juros sobre capital próprio, que hoje funcionam como uma remuneração aos sócios sobre investimentos na empresa e têm tratamento contábil mais vantajoso.

Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) diz que a proposta implicará aumento de impostos e prejuízo à captação de investimentos, em um momento no qual o país precisa atrair capital e manter sua competitividade. Segundo a associação, a reforma apresentada

afastará o investidor. A associação e analistas afirmam que a queda da Bolsa já expressa o sentimento do mercado. Ontem, o Ibovespa recuou 1,74%. De acordo com a Abrasca, a tributação em cascata dos dividendos em 20% e o fim da dedução de juros sobre capital próprio aumentarão em termos reais a carga fiscal sobre empresas e investidores.

Nas contas do tributarista Ilan Gorin, a cobrança pode até dobrar para empresas que declaram pelo lucro presumi-

do, sistema no qual o imposto é aplicado sobre uma estimativa de ganhos, utilizado por companhias com faturamento anual de até R\$ 78 milhões.

Embora o argumento do governo seja de que o aumento de tributação será concentrado nos sócios, pessoas físicas, analistas ouvidos pelo GLOBO afirmam que o aumento da carga na distribuição de juros sobre capital impacta no planejamento das empresas. Gorin dá como exemplo uma companhia do setor de comer-

cio com faturamento de R\$ 50 milhões e lucro de R\$ 10 milhões. Pelo lucro presumido, há uma tributação de 8%, o que equivale a um recolhimento de R\$ 1,36 milhão em impostos. Nesse caso, a companhia continuaria a pagar o mesmo valor em tributos sobre a pessoa jurídica, mas passaria a recolher 20% sobre a distribuição do restante em dividendos. Isso levaria a carga total para R\$ 2,93 milhões — um aumento de 115%.

Para Gorin, embora as medi-

das afetem os sócios, é preciso lembrar que o investidor pensa no retorno quando aporta capital ou abre a empresa. E haverá menos incentivo para investir no setor produtivo.

— Nenhum investidor vai querer tirar o dinheiro do mercado financeiro, onde paga 15% de imposto. A economia vai desandar e aumentará o desemprego — afirma Gorin.

Gabriel Quintanilha, advogado e professor de Direito Tributário da FGV, concorda:

— É como se o sócio fosse empobrecido em 20%. É um desestímulo ao empreendedorismo.

Para o governo, as mudanças incentivam o reinvestimento dos lucros e desestimulam a pejetização.

Mudanças em regras de investimento vão bancar novo Bolsa Família

Governo altera tributação de lucros e dividendos, de fundos de investimento e juros sobre capital próprio. Entenda a proposta

MANOEL VENTURA
E FERNANDA TRISOTTO
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo propôs uma série de alterações nos tributos em operações financeiras. A cobrança de imposto sobre lucros e dividendos, sobre fundos de investimentos fechados e fundos imobiliários, além do fim da dedução dos juros sobre capital próprio serão usados para compensar o novo programa social do governo. A informação consta no projeto enviado ao Congresso.

O projeto do governo diz que a alta da arrecadação que virá dessas mudanças será usada "como medida compensatória para a despesa adicional decorrente do novo programa social do governo federal". O texto usa como referência o gasto do Bolsa Família neste ano, previsto em cerca de R\$ 34 bilhões. Veja passo a passo o que muda na proposta do governo.

Valor do imóvel

Hoje, na declaração, os imóveis são mantidos pelo valor

original. Ao vender o bem, o cidadão precisa pagar entre 15% e 22,5% de imposto sobre o ganho de capital. Será permitido atualizar os valores patrimoniais, com incidência de apenas 5% de imposto sobre a diferença. O prazo para adesão e pagamento do imposto é de janeiro a abril de 2022.

Lucros e dividendos

Hoje, são isentos. Serão tributados em 20% na fonte. Haverá uma isenção para até R\$ 20 mil por mês para microempresas e empresas de pequeno porte. Para o governo, esse novo modelo de tributação incentiva investimentos, já que estimula o reinvestimento dos lucros. A avaliação é que a não tributação de lucros e dividendos criava uma distorção na economia ao estimular a pejetização.

IR de pessoa jurídica

A alíquota geral do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) vai cair de 15% para 10% em dois anos. Será uma queda de 2,5 pontos no pri-

meiro e a outra metade no segundo ano. O adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil não será alterado. A alíquota da CSLL, que também incide sobre o lucro, de 9%, não será alterada. A avaliação do governo é que essa redução vai aumentar produtividade, competitividade e emprego, estimulando os investimentos e gerações de postos de trabalho.

Pagamentos de gratificações e participação nos resultados aos sócios e dirigentes feitos com ações da empresa não poderão ser deduzidos como despesas operacionais. O argumento do governo é de que a empresa não deve ter benefício por remunerar seus executivos com bônus em ações. Já os pagamentos a empregados seguem dedutíveis.

Juros sobre capital próprio

Há vedação à possibilidade de deduzir juros sobre o capital próprio. Essa possibilidade foi criada quando era difícil ter acesso a crédito, e as empresas precisavam se autofinanciar com recursos dos sócios. De acordo com o governo, com o



Rito. O ministro Paulo Guedes fez entrega simbólica do projeto que muda o IR ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)

mercado de crédito evoluído e juros menores, não é preciso mais um benefício para que empresários invistam nas próprias empresas, uma vez que o mecanismo se mostrou ineficaz para capitalizá-las.

Apuração trimestral

Todas as empresas deverão apurar trimestralmente IRPJ e CSLL. Hoje, há duas opções: trimestral e anual. Empresas com tributação anual precisam apurar e pagar estimativas mensalmente. Será permitido compensar 100% do prejuízo de um trimestre nos três seguintes. A adoção da medida tornará mais uniformes os regimes de tributação das empresas, e deve reduzir o tempo gasto para apuração de impostos e reduzir impactos das empresas afetadas por sazonalidades.

Operação em Bolsa

quase dez horas após a cerimônia de entrega ao Congresso.

O governo calcula que o número de contribuintes isentos passará de 10,7 milhões para 16,3 milhões caso a mudança seja aprovada. A boa notícia foi azedada pela surpreendente limitação ao desconto simplificado, que permite aplicar abatimento linear de 20% para quem não recorre às deduções legais. Com a proposta, esse mecanismo só poderá ser usado por quem ganha menos de R\$ 40 mil por ano — pouco mais de R\$ 3 mil por mês.

A Receita Federal alega que a medida foi sugerida porque a

será feita trimestralmente. Hoje é mensal. A alíquota será de 15% para todos os mercados. A compensação de prejuízos poderá ocorrer entre todas as operações, inclusive day-trade e cotas de fundos negociadas em Bolsa.

Fundos de investimentos

A alíquota da renda fixa passa a ser única, de 15%. Hoje, ela varia de 15% a 22,5%. O governo propôs acabar com a tabela regressiva da tributação dos fundos de investimento, que cobra imposto de acordo com o tempo, e fixar alíquota de 15%. Também muda o come-cotas, nome da antecipação no recolhimento do Imposto de Renda em fundos de investimento. Hoje, são dois come-cotas ao ano. Passará ser uma cobrança, apenas a de novembro. O come-cotas de maio deixará de existir.

O governo também propôs a tributação dos fundos exclu-

sivos (usados por pessoas mais ricas) em 15%. Hoje eles são isentos. Os rendimentos obtidos até 31 de dezembro de 2021 serão tributados pela alíquota vigente nesta data.

Fundos imobiliários

Acaba a isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos de investimentos imobiliários (FII) com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022. A tributação dos demais cotistas cai de 20% para 15% na distribuição de rendimentos, na amortização e na alienação de cotas.

LCI e LCA não mudam

A equipe econômica chegou a discutir tributar as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA). Mas o governo decidiu manter a isenção, após pressão de setores beneficiados.

ANALÍTICO

Governo mira 2022, mas colhe críticas com pontos indigestos do texto

MARCELLO CORRÊA marcello.correia@oglobo.com.br

Apresentar uma reforma do Imposto de Renda (IR) que prevê aumento da faixa de isenção do tributo para R\$ 2.500, o governo mirou uma medida popular sob medida para as eleições de 2022, mas acabou distribuindo frustra-

ções e colhendo críticas por causa de pontos indigestos da proposta. Por trás de um necessário reajuste da tabela do IR, há ideias que afetam desde investidores da Faria Lima preocupados com a taxa de dividendos até famílias de

classe média que podem ver a mordida do Leão aumentar com a limitação para o desconto simplificado na declaração. A ampliação da isenção do IR vem com atraso e menor que os R\$ 5 mil prometidos pelo presidente Jair Bolsonaro na campanha.

Desde o início do ano, equipe do ministro Paulo Guedes tem feito contas para chegar ao maior valor possível. Versões preliminares previam faixa de isenção de R\$ 2.400. O valor final foi definido a pedido do presidente em um texto fechado às pressas, que só foi protocolado na Câmara

tecnologia possibilita que o Fisco saiba o que cada contribuinte pagou, o que permite cálculos mais precisos na restituição. Mas, na prática, quem não tiver valor relevante com deduções legais com saúde, educação ou dependentes vai acabar pagando mais imposto.

Menos surpreendente, mas igualmente mal recebida por tributaristas foi a já esperada volta da taxa de dividendos. O governo acerta ao buscar tributar mais o andar de cima, mas enfrentará atritos com o setor produtivo. O temor é que a tributação de 20% sobre ganhos e o fim dos cha-

mados juros sobre capital próprios onerem as empresas.

A estratégia de fatiar a proposta causa críticas. O projeto do IR é a segunda fase da reforma, mas só foi enviado ao Congresso um ano após a primeira etapa, que consiste na unificação de PIS e Cofins. Ficou pelo caminho o plano de reforma ampla com mudanças na tributação sobre o consumo, inviabilizada pela falta de acordo entre Executivo, Legislativo e setor produtivo, o que adia o impacto da medida na melhoria do ambiente de negócios.

Guedes: presidente pediu para tirar dinheiro 'de onde for' para obras

Verba seria usada na melhoria de estradas. Infraestrutura havia pedido R\$ 2,4 bi

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que ouviu do presiden-

te Jair Bolsonaro um pedido para tirar recursos "de onde for" e direcioná-los para obras em estradas. O ministro participou de audiência na Comissão de Acompanhamento da

Covid-19 no Senado.

— O presidente outro dia nos chamou e falou: "tira dinheiro de onde for, tira de qualquer dinheiro. Eu quero tanto de dinheiro para o Tarcí-

sio (de Freitas, ministro da Infraestrutura) nos próximos 3 ou 4 dias. Tem que ter esse dinheiro porque senão vai afetar a degradação das estradas brasileiras" —contou o ministro.

Esta semana, o Ministério da Infraestrutura pediu à Casa Civil e ao Ministério da Economia a liberação de R\$ 2,4 bilhões para 2021. Destes recursos, a pasta afirma que precisa "urgentemente" de R\$ 1 bilhão até o início do segundo semestre, para evitar a interrupção de obras em rodovias.

Guedes explicou aos senadores que, para atender o presidente, terá de retirar recursos de outros lugares:

— Nós vamos arrumar o dinheiro, mas, como estamos embaixo do teto (de gastos, que limita o crescimento das despesas da União), dois minutos depois um outro ministro vai dar um pulo e falar: "está tirando meu dinheiro daqui". Eu tenho que dizer: "é a política, enquanto não assumirmos o controle dos orçamentos, estamos presos em-

baixo deste teto, esse desgraçado desse teto, mas que, no fundo, é o que tem nos permitido não desorganizar a economia enquanto estamos lutando com a pandemia.

Do R\$ 1 bilhão prioritário, R\$ 430 milhões seriam para evitar a interrupção de obras rodoviárias, como as da BR-319/AM, BR-080/GO, BR-419/MS, BR-163/PA e BR-470/SC. Os outros quase R\$ 600 milhões seriam para conservação e recuperação de ativos do Dnit.